

DIGNIDADE MENSTRUAL: PARA QUEM?



editora
redeunida



UNIFESP
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SÃO PAULO



Movimento de
Mulheres
Olga Benário

1º Edição
Porto Alegre, 2024
Rede UNIDA

DIGNIDADE MENSTRUAL: PARA QUEM?



Coordenador Geral da Associação Rede UNIDA

Alcindo Antônio Ferla

Coordenação Editorial

Editor-Chefe: Alcindo Antônio Ferla

Editores Associados

Carlos Alberto Severo Garcia Júnior, Daniela Dallegrave, Denise Bueno, Diéssica Roggia Piexak, Fabiana Mânica Martins, Frederico Viana Machado, Jacks Soratto, João Batista de Oliveira Junior, Júlio César Schweickardt, Károl Veiga Cabral, Márcia Fernanda Mello Mendes, Márcio Mariath Belloc, Maria das Graças Alves Pereira, Quelen Tanize Alves da Silva, Ricardo Burg Ceccim, Roger Flores Cecon, Stephany Yolanda Ril, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Virgínia de Menezes Portes

Conselho Editorial

Adriane Pires Batiston (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil).

Alcindo Antônio Ferla (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

Àngel Martínez-Hernández (Universitat Rovira i Virgili, Espanha).

Angelo Stefanini (Università di Bologna, Itália).

Ardigó Martino (Università di Bologna, Itália).

Berta Paz Lorido (Universitat de les Illes Balears, Espanha).

Celia Beatriz Iriart (University of New Mexico, Estados Unidos da América).

Denise Bueno (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

Emerson Elias Merhy (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil).

Érica Rosalba Mallmann Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

Francisca Valda Silva de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil).

Hêider Aurélio Pinto (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil).

Izabella Barison Matos (Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil).

Jacks Soratto (Universidade do Extremo Sul Catarinense).

João Henrique Lara do Amaral (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil).

Júlio Cesar Schweickardt (Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil).

Laura Camargo Macruz Feuerwerker (Universidade de São Paulo, Brasil).

Leonardo Federico (Universidad Nacional de Lanús, Argentina).

Lisiane Bôer Possa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil).

Luciano Bezerra Gomes (Universidade Federal da Paraíba, Brasil).

Mara Lisiane dos Santos (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil).

Márcia Regina Cardoso Torres (Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil).

Marco Akerman (Universidade de São Paulo, Brasil).

Maria Augusta Nicoli (Agenzia Sanitaria e Sociale Regionale dell'Emilia-Romagna, Itália).

Maria das Graças Alves Pereira (Instituto Federal do Acre, Brasil).

Maria Luiza Jaeger (Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil).

Maria Rocineide Ferreira da Silva (Universidade Estadual do Ceará, Brasil).

Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira (Universidade Federal do Pará, Brasil).

Priscilla Viégas Barreto de Oliveira (Universidade Federal de Pernambuco).

Quelen Tanize Alves da Silva (Grupo Hospitalar Conceição, Brasil).

Ricardo Burg Ceccim (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

Rossana Staevie Baduy (Universidade Estadual de Londrina, Brasil).

Sara Donetto (King's College London, Inglaterra).

Sueli Terezinha Goi Barrios (Associação Rede Unida, Brasil).

Túlio Batista Franco (Universidade Federal Fluminense, Brasil).

Vanderléia Laodete Pulga (Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil).

Vanessa Iribarrem Avena Miranda (Universidade do Extremo Sul Catarinense/Brasil).

Vera Lucia Kodjoaglanian (Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde/LAIS/UFRN, Brasil).

Vincenza Pellegrini (Università di Parma, Itália).

Comissão Executiva Editorial

Alana Santos de Souza

Jaqueline Miotto Guarnieri

Camila Fontana Roman



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D575

Dignidade Menstrual: para quem? / Claudia Fegadolli; Ana Luiza Satie Voltolini Uwai (Organizadoras) – 1. ed. -- Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2024.

64 p. (Série Interlocuções Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde, v. 52).

E-book: PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5462-133-5

DOI: 10.18310/9786554621335

1. Menstruação. 2. Dignidade Menstrual. 3. Vulnerabilidade. 4. Extensão Universitária. 5. Direitos Humanos. I. Título II. Assunto. III. Organizadoras.

NLM WA 4
CDU 614

Bibliotecária: Alana Santos de Souza | CRB1 10/2738



FICHA TÉCNICA

Coordenação

Claudia Fegadolli

Vice-coordenação

Lumena Almeida Castro Furtado

Colegiado de coordenação

Carolina Vigliar

Isabela Benassi

Vivian Mendes

Equipe

Coordenadoras de campo

Ana Luiza Satie Voltolini Uwai

Julia Köpf de Moraes Paulo

Julia Soares dos Santos

Karin Di Monteiro

Apoio técnico

Ananda Méndez Inácio

Giovanna Rondon Giovanella

Juliana Freires dos Santos

Organizadoras

Claudia Fegadolli

Ana Luiza Satie Voltolini Uwai

Extensionistas em campo

Anna Campos

Biana Politto de Sá

Egle Maite

Fabiana Buso Ferreira

Heloiza Cristina Gonçalves de Souza

Karla Aparecida Albuquerque Dos Santos

Laura Silva Santana

Max Ruan de Souza Peruzzo

Raquel Oliveira de Brito

Samira Nazario

Yu Ohtsuki

Iniciação científica

Amanda Alves Vilas Boas Oliveira

Luiza Guimarães Imagure

Luiza Tenan Vitor

Sônia Maria Reis da Costa Rêgo

Projeto Gráfico

Aline Maruyama

Diagramação

Ana Luiza Satie Voltolini Uwai



AGRADECIMENTO

Alexandre Padilha por destinação de emenda parlamentar para a Universidade Federal de São Paulo, o que garantiu o financiamento do projeto Dignidade Menstrual.



PREFÁCIO

Em meio às ruas vibrantes e complexas da maior metrópole da América Latina, escondem-se vidas invisíveis, situadas nas margens de uma sociedade que muitas vezes lhes nega o básico. Ignorado até bem pouco tempo atrás, o debate sobre a dignidade menstrual tem ganhado cada vez mais destaque, reconhecendo a importância de garantir acesso a produtos de higiene menstrual, condições de saneamento básico e educação adequada, de forma a promover a saúde, o bem-estar e a igualdade de gênero para todas as pessoas que menstruam.

Esta obra apresenta ao leitor as bases conceituais sobre o tema, a análise das políticas públicas para a garantia da dignidade menstrual, bem como a situação atual e os desafios que precisamos enfrentar. É um trabalho que transcende os muros da academia, destacando a urgência de se incluir a dignidade menstrual nas políticas públicas. As vozes das ruas e ocupações, onde a ausência do Estado é mais sentida, ecoam através das páginas e palavras das entrevistadas, revelando a falta de suporte e o tratamento desigual enfrentado por pessoas que menstruam.

“Dignidade Menstrual: para quem?” é um grito de alerta, um chamado para lançarmos nossos olhares sobre uma realidade que persiste ignorada na cidade de São Paulo e no Brasil, especialmente entre os grupos sociais mais vulnerabilizados e marginalizados. Esta iniciativa não só mapeou a realidade da pobreza menstrual, mas também criou laços com as comunidades locais, ressaltando que a luta pela dignidade menstrual é intrinsecamente ligada à busca por uma vida digna e justa para todas as pessoas.

O projeto, desenvolvido pelo Laboratório de Saúde Coletiva da UNIFESP, em parceria com movimentos sociais, mapeou qualitativamente a pobreza menstrual no centro da capital paulista, dividindo a região em três núcleos coordenados por diferentes grupos. A equipe, composta por extensionistas, técnicos e estudantes, realizou um levantamento detalhado e promoveu ações educativas para fortalecer redes de assistência. A cartografia narrada das vivências nos núcleos da Luz, Sé e Canindé/Pari expôs a dura realidade de diferentes grupos, desde pessoas em situação de rua até aquelas em trabalhos precarizados, mostrando que a falta de acesso a absorventes é apenas uma parte de um problema maior, que inclui a ausência de banheiros, água potável e informações adequadas. A percepção recorrente de que a menstruação é algo sujo ou que vulnerabiliza ainda mais os corpos que menstruam, ilustra que a experiência do ciclo menstrual é diversa e necessita ser compreendida em suas múltiplas facetas.

Com uma visão global e local, o livro ainda compara as experiências internacionais para a promoção do acesso a absorventes menstruais com a realidade do Brasil e, mais especificamente, de São Paulo, fornecendo uma compreensão crítica das políticas e práticas necessárias para melhorar a situação.

A dignidade menstrual deve ser vista como parte de uma agenda mais ampla de direitos humanos, saúde e justiça social. É essencial que as políticas públicas integrem a dignidade menstrual como um direito fundamental, proporcionando não apenas absorventes, mas também o acesso a banheiros, água e informações adequadas. Que este livro inspire ações concretas e colaborações contínuas para assegurar que todas as pessoas que menstruam possam viver com dignidade e respeito.

Mariana Seabra Souza Pereira

Enfermeira Mestre em Saúde Pública pela ENSP/FIOCRUZ

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
DIGNIDADE MENSTRUAL	11
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GARANTIA DA DIGNIDADE MENSTRUAL	13
ACESSO A ABSORVENTES MENSTRUAIS	14
EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS PARA A PROMOÇÃO DO ACESSO A ABSORVENTES MENSTRUAIS	14
BRASIL	15
SÃO PAULO	17
A ORIGEM E OS OBJETIVOS DO PROJETO	19
PERCURSO	20
COMO É O TERRITÓRIO PARA AS PESSOAS INVISIBILIZADAS EM SUA POBREZA MENSTRUAL?	22
NÚCLEO LUZ	24
NÚCLEO SÉ	28
NÚCLEO CANINDÉ/PARI	32

AS VIVÊNCIAS DAS PESSOAS COM A MENSTRUÇÃO ----- 36

A POBREZA MENSTRUAL ENTRE AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA----- 36

A POBREZA MENSTRUAL ENTRE AS PESSOAS QUE VIVEM EM OCUPAÇÕES----- 40

A POBREZA MENSTRUAL ENTRE PESSOAS QUE EXERCEM TRABALHOS
PRECARIZADOS NO TERRITÓRIO, EXCETO TRABALHADORAS DO SEXO ----- 42

A POBREZA MENSTRUAL ENTRE AS TRABALHADORAS DO SEXO ----- 43

AÇÕES DO PROJETO----- 47

ELABORAÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS ----- 47

RODAS DE CONVERSA EDUCATIVAS SOBRE DIGNIDADE MENSTRUAL ----- 48

PALESTRAS SOBRE DIGNIDADE MENSTRUAL----- 48

PALESTRAS E PLANEJAMENTO DE AÇÕES COM PROFESSORES E ESTUDANTES
DA EMEF ESPAÇO BITITA ----- 49

AÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO
PAULO----- 49

INSERÇÃO DE CONSELHEIRA NO CONSELHO GESTOR DA UNIDADE BÁSICA DE
SAÚDE DO PARI ----- 51

AÇÃO NA VILA SANTO ANTONIO (PARI) ----- 52

CONCLUINDO, SEM TERMINAR----- 53

E A UNIVERSIDADE EM TUDO ISSO?----- 55

REFERÊNCIAS ----- 58



APRESENTAÇÃO

O *ebook* **Dignidade Menstrual: para quem?** se propõe a debater o direito à dignidade menstrual de uma parcela da população aviltada pelas profundas desigualdades sociais do Brasil, invisibilizada no atual debate público sobre a pobreza menstrual. São cerca de 60 milhões de pessoas que menstruam no Brasil, porém grande parte não pode ter dignidade menstrual¹.

Os recentes avanços no enfrentamento desse tema têm se concentrado principalmente na regulamentação do acesso de estudantes a insumos menstruais, especificamente aos absorventes descartáveis, com muito a se construir para que esse direito seja realmente garantido às mulheres e outras pessoas que menstruam. Recentemente, ação do governo federal brasileiro normatizou a distribuição de absorventes a pessoas em situação de vulnerabilidade, porém tais medidas são limitadas na promoção da dignidade menstrual. A experiência dos grupos que vivem afetados pela pobreza, mas que não são institucionalizados, é configurada por pouco ou nenhum acesso a conhecimento, água, banheiros limpos, produtos de higiene, insumos e medicamentos.

Há lacunas importantes no conhecimento em relação à forma como pessoas diversas, de diferentes identidades de gênero e faixas etárias, vivenciam a menstruação. Por isso, com o olhar voltado às pessoas afetadas por vulnerabilidades, esta publicação retrata o trabalho desenvolvido, nos anos de 2021 e 2022, pela parceria entre o **Laboratório de Saúde Coletiva (LASCOL)** da Universidade Federal de São Paulo (**UNIFESP**) e três movimentos sociais organizados, na região central

de São Paulo, a campanha **Fluxo Solidário**, o **Centro de Convivência É de Lei** e o **Movimento de Mulheres Olga Benario**.

É importante destacarmos que vivíamos, neste período, o auge da pandemia de Covid-19, com muitas restrições e, ao mesmo tempo, maior necessidade de proteção e de uso de produtos e insumos de saúde e de higiene. O cenário foi o de aprofundamento da pobreza, da fome e da violência urbana, com relevante violência de Estado em suas diversas formas, na região em que o projeto foi desenvolvido.

Pela experiência acumulada de transitar e de agir no território, os agentes de movimentos sociais participantes do projeto, orientados também pelos princípios, métodos e técnicas de produção do conhecimento próprias à extensão universitária, caminharam pelo território, observaram, conversaram com as pessoas, debateram e registraram suas impressões sobre o direito à dignidade menstrual

Esse *ebook* é o resultado da sistematização do conhecimento acumulado, de relatos de vida, assim como da síntese das ações de educação, de solidariedade e de organização social e política, já realizadas ou em construção.

A fim de contribuir para que todas as pessoas que menstruam tenham visibilidade e possam alcançar a dignidade menstrual, convidamos a sociedade a conhecer este trabalho.

Claudia Fegadolli



INTRODUÇÃO

DIGNIDADE MENSTRUAL

A dignidade menstrual pode ser reconhecida quando as pessoas que menstruam possuem as condições e recursos fundamentais para vivenciarem a menstruação sem constrangimentos, incômodos ou sofrimentos evitáveis. É a situação oposta à pobreza menstrual, em que não se tem acesso a protetores menstruais, infraestrutura para higiene, saneamento básico, água, banheiros, medicamentos, assim como o conhecimento sobre a menstruação e a saúde menstrual.

A falta de acesso aos recursos afeta a dignidade menstrual das pessoas que menstruam, mulheres cisgêneras, homens transgêneros e pessoas não-binárias, as quais são levadas a buscar soluções improvisadas e impróprias para higienização íntima e/ou contenção do sangramento menstrual, como por exemplo a utilização de pedaços de pano usados, pedaços de tecidos ou jornal. Constituem-se também elementos da pobreza menstrual a falta de informação sobre a saúde e o funcionamento do próprio corpo devido a tabus e a preconceitos enraizados na sociedade a respeito da menstruação².

A pobreza menstrual afeta diretamente a saúde física e mental das pessoas que menstruam, podendo ser a causa de alergias, irritações da pele e mucosas e infecções urogenitais, principalmente quando há uso de protetores menstruais internos por mais tempo que o recomendado ou, ainda, pelo uso de alternativas inadequadas. Sofrimento psíquico ou emocional costuma estar associado quando

há preocupação sobre a falta de produtos, o medo de situações constrangedoras ou a insegurança sobre a própria vivência por desinformação e preconceito³. Além disso, a falta de produtos e meios adequados para vivenciar a menstruação também pode gerar prejuízos importantes, como faltar à escola ou trabalho, comprometendo oportunidades profissionais e a geração de renda. Cerca de 62% das adolescentes já deixaram de ir à escola ou outros lugares e mais de 70% já passaram por algum constrangimento durante o período menstrual⁴.

O tema da dignidade menstrual tem alcançado, nos últimos anos, maior visibilidade no debate público, principalmente a partir de 2015, quando a pobreza menstrual passou a ser problematizada no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU)⁵, por ser considerada uma questão de saúde pública e de direitos humanos, diretamente relacionada à desigualdade de gênero, à pobreza, às dificuldades de acesso à água, saneamento e educação, com o reconhecimento de que seu enfrentamento demanda a implementação de políticas públicas abrangentes⁶.

Mais de 11 milhões de brasileiras não têm acesso a produtos de higiene e quatro em cada 10 mulheres no país convivem com o tema da pobreza menstrual, pois ou são afetadas ou conhecem alguém que é, sendo um dos principais motivos o elevado custo dos produtos^{7,8}.

A falta de produtos para a contenção do fluxo, porém, não é a única barreira para a dignidade menstrual. Cerca de 1,3 milhões dos domicílios brasileiros não possui banheiro, mais de 10 milhões não contam com água em redes de distribuição e 22,6 milhões das casas não contam com coleta de esgoto, uma distribuição desigual que acompanha a distribuição de renda no país⁹. A falta de infraestrutura e saneamento básico afeta a saúde de todas as pessoas que vivem nessa situação precária, mas especialmente das que menstruam. Há, ainda, as pessoas que vivem em situação de rua, com números crescentes e alarmantes, e que têm pouco e dificultoso acesso a banheiros públicos ou de estabelecimentos comerciais, que, quando acessíveis, não são limpos^{10,11}.

Um outro aspecto bastante relevante na temática da dignidade menstrual é o acesso à informação e ao conhecimento relativo aos corpos que menstruam, seus direitos e cuidados com a menstruação. Não é incomum que adolescentes desconheçam como a menstruação ocorre, antes dela começar a acontecer, mesmo em realidades em que as vulnerabilidades sociais não se fazem tão presentes, o que pode provocar situações como gravidez indesejada, problemas de saúde ou sociais^{12,13}. Preconceitos, mitos e tabus podem tornar a experiência da menstruação constrangedora, incômoda ou traumática, sendo necessário que toda a sociedade seja educada a respeito do tema e se sensibilize perante as necessidades das pessoas que menstruam, sem que menstruar seja motivo de vergonha ou imponha

restrições de qualquer tipo ou riscos à saúde física ou mental de quem menstrua.

A falta de dignidade menstrual está, portanto, relacionada a uma série de fatores, como desigualdade social, desigualdade de gênero e de renda, falta de acesso a saneamento básico ou insumos, assim como à educação popular, sendo preciso considerar como tais elementos afetam pessoas de maneiras específicas. Indivíduos ou grupos com distintos marcadores sociais, como raça, gênero, educação e classe social, vão ter diferentes vivências do seu período menstrual.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GARANTIA DA DIGNIDADE MENSTRUAL

No debate sobre a pobreza menstrual, vem ganhando espaço, no mundo todo, a ideia da responsabilização do Estado e da importância de garantia de políticas públicas que promovam a dignidade menstrual. O tema vem se fortalecendo no debate público principalmente a partir de publicações da Organização das Nações Unidas e de organizações não governamentais que atuam na visibilização de vulnerabilidades ligadas às questões de gênero.

Como já mencionado, a promoção da dignidade menstrual é apontada como uma das ações que vai de encontro aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, incluindo medidas que resolvam problemas relacionados à redução da pobreza, educação, igualdade de gênero, saúde sexual e reprodutiva, bem-estar psicossocial, água, proteção ao meio ambiente, saneamento e higiene, que correspondem aos ODS 1 a 17^{5,13}. Tais medidas devem ser assumidas pelos governos como questões prioritárias, ao mesmo tempo em que se faz necessária a mobilização social para construir e implementar políticas educacionais e de equidade de gênero, relativas ao tema.

No Brasil, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), organizaram, em 2021, o relatório **“Pobreza menstrual: desigualdades e violações de direitos”**². Este é um marco relevante para o tema no país, por apresentar o panorama da pobreza menstrual na infância e adolescência, além de medidas necessárias para seu enfrentamento. O documento, entretanto, não aborda populações adultas vulnerabilizadas pela pobreza e por situações de vida, como as trabalhadoras de baixa renda, moradoras de cortiços ou de ocupações ou, ainda aquelas sem renda ou em situação de rua.

Da mesma forma, a movimentação social em torno da elaboração de dispositivos regulatórios vai se fortalecendo principalmente em torno da pobreza menstrual de adolescentes e escolares.

Mais recentemente, as recomendações para as políticas públicas do UNFPA (2023)¹⁴ avançaram no reconhecimento de outros grupos que devem ser favorecidos por ações voltadas à promoção da dignidade menstrual, além dos alcançados pelo sistema educacional, como aqueles assistidos pela assistência social e pelo sistema prisional ou socioeducativo brasileiro, assim como as pessoas em situação de rua ou abrigo.

ACESSO A ABSORVENTES MENSTRUAIS

A dificuldade de acesso a produtos menstruais, como absorventes, calcinhas ou coletores tem sido mapeada em diversos estudos, principalmente em países de baixa e média renda, conforme mostra uma recente revisão da literatura. Os absorventes descartáveis, bastante úteis e cômodos, são considerados itens de difícil acesso por não estarem disponíveis em sistemas de suporte social e por terem preço elevado, o que se relaciona a muitos fatores, mas que tem influência importante no nível de tributação. Os governos de diferentes países têm adotado medidas para redução da tributação, muitas vezes pressionados por movimentos populares.

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS PARA A PROMOÇÃO DO ACESSO A ABSORVENTES MENSTRUAIS



Políticas de enfrentamento à pobreza menstrual já foram implementadas em diversos países, como o **Quênia**, que em 2004 foi o primeiro a suprimir a tributação sobre os produtos de higiene menstrual. No **Canadá** a isenção de impostos vigora desde 2015. Nos **Estados Unidos**, onde as regras são estaduais, cerca de 20 dos 50 estados aboliram os impostos sobre absorventes.

Entre os países que não aboliram, mas que reduziram a tributação dos insumos, está a **Malásia**, onde pressões populares resultaram em mudanças nas regras de taxação de produtos menstruais, que eram considerados artigos de luxo até 2018. Na **Alemanha**, absorventes são taxados similarmente a produtos de primeira necessidade, como os alimentos. Na **Itália**, partir de 2019, os absorventes passaram a ser produtos de primeira necessidade, com tributação que passou de 22 para 5% apenas para os absorventes biodegradáveis, agregando medidas de estímulo à proteção do meio ambiente. Em 2017, o governo da **Índia** havia decidido aumentar a alíquota sobre os produtos usados na menstruação, porém após reações populares não tiveram redução, mas permanecem em torno de 28%.

Há países que adotam o fornecimento gratuito como ação de combate à pobreza menstrual, como a **França**, que fornece absorventes para estudantes universitárias desde 2021 e a **Nova Zelândia**, onde há fornecimento gratuito nas escolas.

Entre os países da América Latina, a **Colômbia** diminuiu os impostos sobre produtos de higiene menstrual de 16% para 5% em 2016 e, em 2018, aboliu as taxas depois de uma grande mobilização por parte da sociedade civil e de movimentos políticos. Em 2021, o **Peru** passou a disponibilizar gratuitamente produtos de higiene menstrual em estabelecimentos públicos de saúde, instituições educacionais, albergues e centros penitenciários.

Além desses países que implementaram medidas por dispositivos regulatórios, a **Argentina** é um exemplo latino-americano que inovou em ações decorrentes de movimentos sociais, como a campanha *#MenstruAcción*, a qual resultou em acordo com representantes de supermercados e fornecedores para a redução nos preços de absorventes internos e externos. A pressão do movimento social também impactou políticas locais, como a adoção de distribuição gratuita de absorventes em dois municípios, Morón e Santa Fé.

BRASIL

O Brasil é um dos países que mais tributam absorventes higiênicos no mundo, com uma tributação de cerca de 30%, o que encarece os produtos e dificulta o acesso a estes. A alíquota tributária estabelecida para esses produtos é comparável à de bens supérfluos, o que deveria ser revisto, considerando a possibilidade constitucional de estabelecer a tributação de produtos de acordo com a sua essencialidade¹⁵. A taxação

vigente reforça a desigualdade de gênero e afeta a dignidade menstrual das pessoas que menstruam, principalmente aquelas e aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

Em julho de 2024, no processo de regulamentação da reforma tributária brasileira, um grupo de trabalho da Câmara dos Deputados aprovou zerar a tributação para absorventes, tampões higiênicos, calcinhas absorventes e coletores menstruais, o que deve possibilitar redução no custo de tais produtos no país.

No país, o Conselho Nacional de Direitos Humanos recomendou, em 2020, a criação de uma política nacional de superação da pobreza menstrual¹⁶. Nessa direção, foram promulgados a Lei Federal nº 14.214/21¹⁷ e o decreto regulamentar 11.432/23¹⁸, que iniciaram tramitação em 2019. A legislação estabelece a oferta gratuita de absorventes higiênicos e outros cuidados básicos de saúde menstrual para pessoas em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade social extrema, assim como para as pessoas recolhidas em unidades do sistema prisional e para as que estão em cumprimento de medidas socioeducativas. A referida lei foi vetada pelo ex-presidente Bolsonaro e teve veto derrubado pelo Congresso Nacional. Prevê a viabilização, pelo Ministério da Saúde, de cuidados para a saúde menstrual e da aquisição de absorventes higiênicos, preferencialmente aqueles produzidos com materiais sustentáveis, para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios os disponibilizem às pessoas em situação de precariedade menstrual. No caso das pessoas privadas de liberdade, a articulação da política deve se dar entre os Ministérios da Saúde e o da Justiça e Segurança Pública. Nesse sentido, “Programa Dignidade Menstrual - um ciclo de respeito”, promovido pelo governo Lula, busca atenuar o desafio da pobreza menstrual com a distribuição gratuita de absorventes para pessoas em situação de vulnerabilidade nas unidades da Farmácia Popular do Brasil¹⁹. O programa prevê o fornecimento de absorventes para pessoas com idade entre 10 e 49 anos, que façam parte de famílias inscritas no Cadastro Único com renda mensal por pessoa de até R\$ 218, para estudantes de baixa renda e pessoas em situação de rua.

O programa é um avanço importante no país, no entanto algumas limitações merecem atenção. Primeiramente, a política não aborda a necessidade de mulheres com mais de 49 anos, que também podem enfrentar dificuldades financeiras para adquirir absorventes. Além disso, a exigência de acesso ao aplicativo Meu SUS digital pode representar uma barreira significativa para muitas pessoas acessarem o benefício.

É importante destacar, também, que os eixos de intervenção recomendados para a promoção da dignidade menstrual incluem, para além do acesso às tecnologias menstruais, a infraestrutura para a saúde menstrual (água, saneamento e banheiros), o acesso à saúde, a formação e educação menstrual, assim como a realização de pesquisas e produção de dados que ajudem a conhecer e enfrentar o problema.

Há também legislações estaduais e municipais no país, como mostra uma análise de impacto regulatório, publicada em 2021 pelo Ministério da Saúde, a qual informou que existem iniciativas de oferta de absorventes nos estados de Goiás, Roraima, Paraíba e Rio de Janeiro e Bahia assim como no município de São João Del Rei, todas determinadas por leis do ano de 2021²⁰. Outras leis brasileiras referentes ao tema são as de abrangência municipal: Lei nº 6712/2021²¹, de **Cuiabá/MT**, que “institui e define diretrizes para a política pública “Menstruação Sem Tabu” de conscientização sobre a menstruação e a universalização do acesso a absorventes higiênicos e a Lei nº 11.192/2021²², de **Fortaleza/CE**, que “dispõe sobre a instituição da política municipal de atenção à higiene íntima e saúde menstrual para estudantes da rede municipal pública de ensino, adolescentes, jovens e mulheres em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social. No âmbito estadual, a Lei nº 8478/2021²³, de **Alagoas**, institui e define diretrizes para a política pública Liberdade para Menstruar, no âmbito do estado de Alagoas e a Lei nº 23.904/2021²⁴ dispõe sobre a garantia de acesso das mulheres em situação de vulnerabilidade social a absorventes higiênicos no estado de **Minas Gerais**.

Como já ressaltado, o acesso à dignidade menstrual é muito desigual para diferentes grupos sociais e a busca da equidade deve orientar as ações a serem desenvolvidas dentro de políticas públicas nessa área, garantindo de forma prioritária a quem mais precisa.

Um estudo de revisão sobre as políticas públicas brasileiras voltadas à dignidade menstrual identificou 17 projetos de lei em contextos estaduais, municipais (7) ou de abrangência nacional (17) publicados entre 2019 e 2021 e incluem: estados da Bahia, Mato Grosso, Paraná, Rondônia e municípios de Campo Grande (MS) e São Miguel do Oeste (SC). A análise do artigo indica que os projetos são limitados em sua abrangência da pobreza menstrual, não abarcando suas diversas causas e invisibilizando homens trans e pessoas não binárias que menstruam²⁵.

SÃO PAULO

No estado de São Paulo, a Lei nº 17.525/2022²⁶ instituiu o **Programa Dignidade Íntima**, no âmbito da Secretaria da Educação e do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” do Estado de São Paulo, que prevê aquisição de produtos relacionados à higiene menstrual das estudantes, tais como absorventes higiênicos, coletores menstruais, lenços umedecidos sem perfume, sacos e respectivos dispensadores para descarte de absorvente, por meio de transferência direta de recursos do Estado para as escolas públicas, especialmente as escolas técnicas e faculdades de tecnologia (ETECs e FATECS). Este dispositivo regulatório tem permitido maior acesso a insumos menstruais a uma parcela das pessoas que menstruam: as que estudam em escolas estaduais em São Paulo.

Em fevereiro de 2023, o governador Tarcísio vetou o projeto de Lei “Menstruação sem Tabu” (PL 1177/2019²⁷), de autoria da bancada feminina da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). O PL havia sido aprovado na câmara no final de 2022 e previa apoio às pessoas que menstruam que se encontram em situação de vulnerabilidade social²⁸.

No município de São Paulo, está em vigência a **Lei nº 17.574/2021**²⁹ que “institui o Programa de cuidados com as estudantes nas escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo”, visando a organização nas Unidades Educacionais de Ensino Fundamental e Médio de cestas de itens de higiene, contendo desde absorventes internos e externos, até lenço umedecido, desodorante sem perfume e sabonete, para as e os estudantes que precisarem. O projeto original tinha como beneficiárias somente meninas e mulheres cisgêneras, ignorando a população trans masculina que também menstrua e necessita dessa política. Considerando isso, a vereadora Erika Hilton e o vereador Thammy Miranda apresentaram substitutivo para que fosse incluído no texto da lei os homens trans e demais pessoas que menstruam que tenham outra expressão de gênero. No final de 2023, no entanto, o Tribunal de Contas do município identificou falhas no cumprimento da legislação e ausência de relatórios e estudos sobre a distribuição de produtos e da comprovação da frequência de estudantes à escola³⁰.



A ORIGEM E OS OBJETIVOS DO PROJETO

Este projeto nasceu a partir do olhar de participantes de movimentos sociais atuantes na região central de São Paulo sobre a experiência da menstruação entre pessoas que vivem e circulam no centro da cidade, que são afetadas por diversas vulnerabilidades, porém socialmente invisibilizadas. Em articulação com o Laboratório de Saúde Coletiva da UNIFESP (**Lascal**), três movimentos com experiência na temática somaram esforços: a **Fluxo Solidário**, o **Centro de Convivência É de Lei** e o **Movimento de Mulheres Olga Benario**.

Com uma coordenação colegiada constituída, o grupo construiu uma proposta com o objetivo geral de **produzir ações voltadas à promoção da dignidade menstrual** a partir:

- do mapeamento qualitativo da pobreza menstrual no centro de São Paulo;
- do mapeamento, ativação e fortalecimento de redes assistenciais e de solidariedade no território e
- da construção de ações educativas.

Foi um objetivo secundário do Lascal contribuir com o fortalecimento e a articulação de movimentos sociais parceiros por meio do desenvolvimento compartilhado do projeto, com o intuito de favorecer redes de solidariedade na luta por direitos humanos.

Com essa direção, foi cadastrado e aprovado na Unifesp um projeto de extensão com o título **Dignidade Menstrual**, numa perspectiva extensionista.

PERCURSO

Considerando a amplitude do território, os locais de desenvolvimento do projeto foram delimitados de acordo com a inserção dos movimentos sociais envolvidos, a fim de valorizar os conhecimentos e articulações prévias de cada grupo. Assim, a região central de São Paulo foi dividida em três áreas que passaram a constituir, cada uma, um núcleo do projeto, com coordenação local por cada um dos respectivos movimentos sociais, que atuaram de maneira integrada. Não houve a pretensão de atuar sobre todas as áreas do centro, mas nas que melhor expressassem as dinâmicas de interesse.

Cada um dos movimentos sociais envolvidos no projeto assumiu, então, a coordenação de seu núcleo territorial, responsável por planejar as entradas de campo e por organizar todo o trabalho de cada núcleo. Cada núcleo incluiu:

- uma pessoa de apoio técnico, responsável por atuar na condução do grupo de extensionistas, apoiar sua formação, orientar, recolher e sistematizar o material produzido em campo;
- três a quatro extensionistas, com o papel de conversar e interagir com as pessoas, observar o território e fazer registros escritos e audiovisuais e
- um estudante de graduação no papel de iniciação científica, responsável por levantamentos na literatura.

Uma estudante de graduação da Unifesp também atuou no apoio aos três núcleos, na sistematização dos materiais e nas etapas posteriores, de construção de ações educativas.


O mapeamento foi inspirado nos métodos e técnicas da cartografia qualitativa, em que os pesquisadores percorrem o território de acordo com as suas dinâmicas, de maneira implicada. Os extensionistas, nesse caso, a partir de suas experiências anteriores, inserção e conhecimento sobre os territórios foram construindo as formas de abordagem dos participantes. Foram cerca de 8 meses em campo, em que ocorreram presencialmente momentos de discussão das vivências, formação e articulação do núcleo, de forma que todos os extensionistas atuassem de maneira compartilhada. A cada mês um encontro reunindo todos os núcleos e a coordenação geral do projeto era realizado para alinhamento e planejamento conjunto.

Foram inicialmente realizadas observações da dinâmica dos territórios que permitiram a identificação de locais ou serviços que pudessem contribuir com a produção do conhecimento na temática abordada e com ações articuladas intersetorialmente, especificamente escolas, serviços de saúde e de assistência social, núcleos de moradia, comércios e movimentos sociais organizados.

As visitas e contatos interpessoais nos territórios foram registradas em diários de campo pelos extensionistas e, posteriormente, utilizadas como fonte empírica para o desenvolvimento do projeto. Há registros de diálogos que se estabeleceram nas ruas e locais por onde circularam e vivenciaram, os quais permitiam uma conexão com o vivido naquele território.

Rodas de conversa foram construídas conjuntamente com participantes do projeto e objetivaram compreender especificidades socioculturais mais profundas de cada grupo³¹. Ainda que a condução das conversas tenha sido apoiada por um roteiro norteador, este não foi limitador e, em cada uma das diferentes rodas de conversa, novas questões sobre a temática da menstruação surgiram. Assim, alguns objetivos foram se desenhando no processo, como identificar e documentar as necessidades e preferências das pessoas que menstruam quanto à higiene menstrual; entender as barreiras para atingir dignidade menstrual; e compreender as formas e a necessidade de apoio de organizações locais ou movimentos sociais no enfrentamento da pobreza menstrual.

Os resultados serão apresentados, portanto, a partir do olhar dos extensionistas em suas incursões pelos territórios e das reflexões construídas nos espaços de compartilhamento. A organização do mapeamento foi estabelecida em discussões a partir do compartilhamento das vivências e segue o que foi encontrado em cada núcleo, mas que também unifica os temas dando a noção de conjunto. Os achados orientaram as ações educativas desenvolvidas no projeto de extensão.



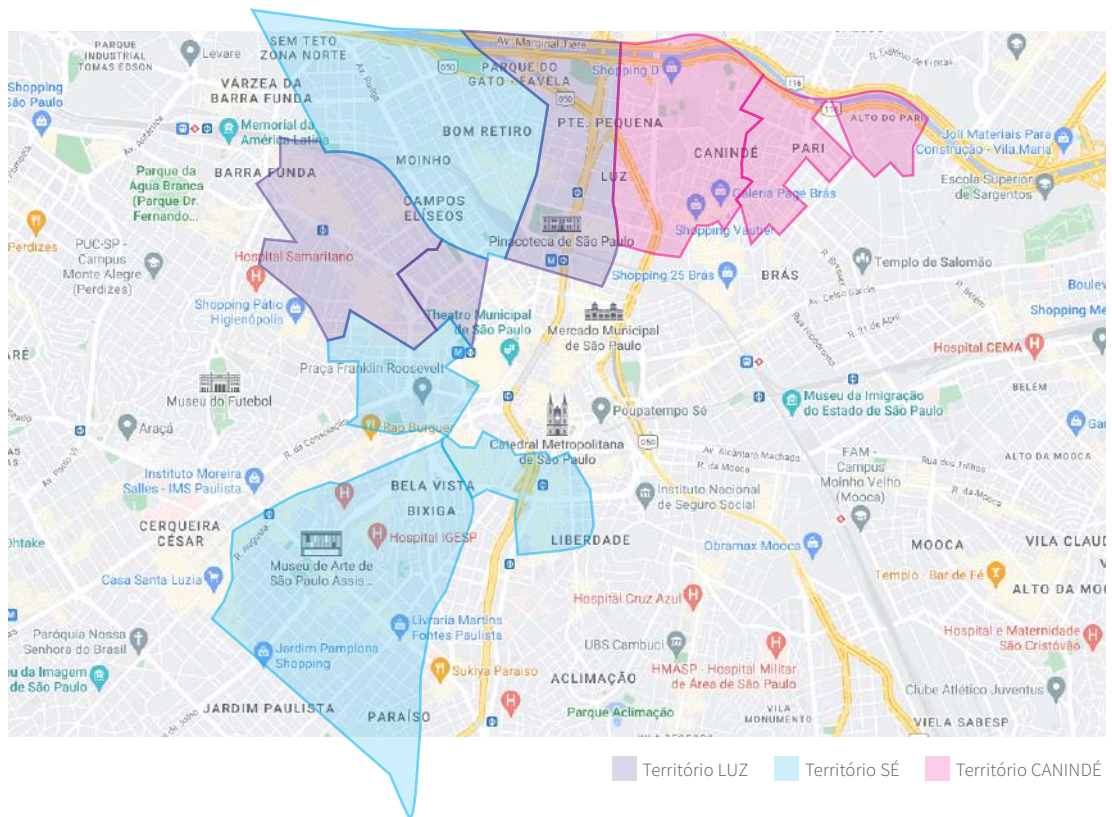
COMO É O TERRITÓRIO PARA AS PESSOAS INVISIBILIZADAS EM SUA POBREZA MENSTRUAL?

O território da Sé possui uma população estimada de cerca de 431 mil pessoas e densidade demográfica de 16.454 habitantes/km²³². Essa zona central do município de São Paulo é composta por importante aparato de mobilidade urbana, com muitas opções de transporte público, além de ampla oferta de empregos e serviços. Segundo o Mapa da Desigualdade (2021)³³ da Rede Nossa São Paulo, a região da República, que faz parte dessa área, possui a maior proporção da população com acesso a transporte de massa e o pior dado sobre violência contra a mulher do município 865,4/10.000. Este dado foi calculado através da porcentagem de população que mora em um raio de até um quilometro de distância de estações de transporte público, como trem, metrô e monotrilho.

A população que vive ou circula na região é bastante heterogênea, com diferentes grupos sociais que coexistem nesse espaço atravessado por desigualdades e disputa de interesses, distribuídos em boas edificações, mas também em moradias

precárias, ocupações e cortiços, além das pessoas que vivem em situação de rua, brasileiros, imigrantes ou refugiados³⁴.

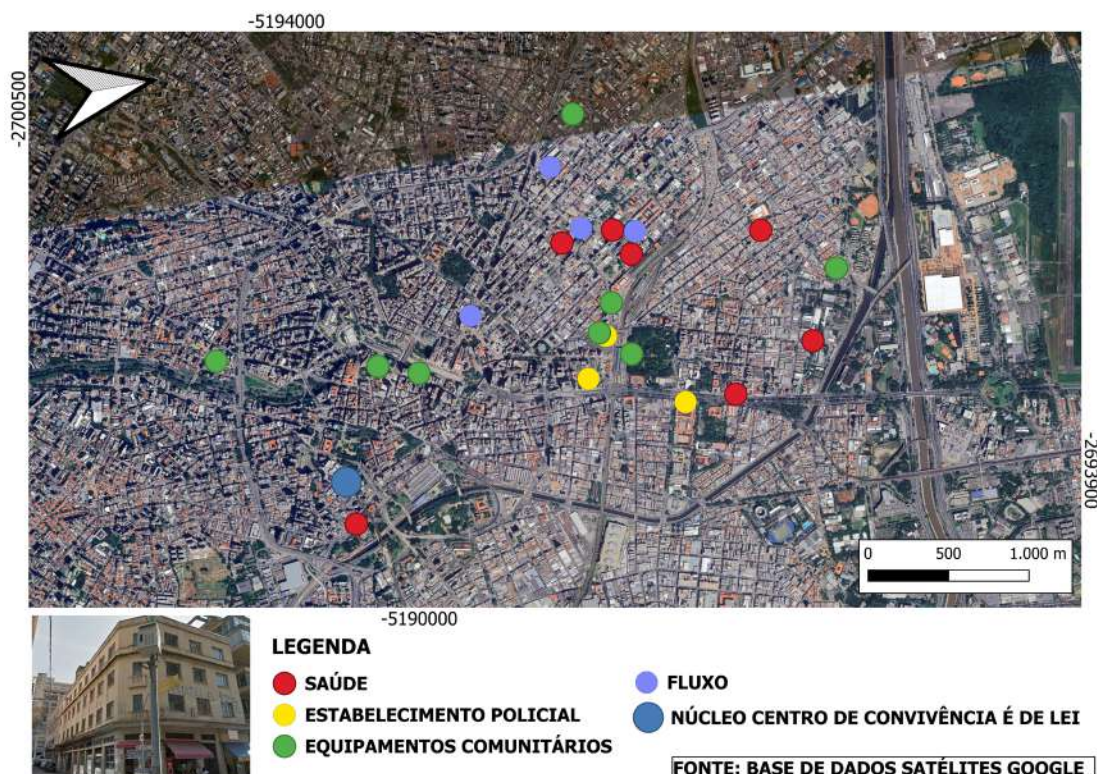
Os três núcleos do projeto, ao serem analisados em detalhe, revelam singularidades, que serão apresentadas em três territórios.



NÚCLEO LUZ

Por: Ana Luiza Satie Voltolini Uwai, Karin Di Monteiro Moreira, Ananda Méndez Inácio, Luiza Guimarães Imagure, Claudia Fegadolli

Este núcleo incluiu áreas dos bairros **Luz, Santa Ifigênia e Campos Elíseos**, região que ficou conhecida como “Cracolândia” em 1995, após ter a nomenclatura empregada em uma reportagem do jornal O Estado de São Paulo sobre a prisão de pequenos traficantes dias após a inauguração da delegacia de repressão ao crack³⁵.



Durante a realização do projeto, o Centro de Convivência É de Lei se localizava na rua do Carmo, no entanto, a partir de 2024, o endereço passou a ser na rua Lettiere, 65, na Bela Vista.

Reconhecida como um espaço ocupado por pessoas em situação de rua que fazem ou não o uso de crack e outras drogas, a região tem sido, há quase 30 anos, palco de sucessivas políticas repressivas e de operações policiais truculentas. No mesmo território convivem diferentes atores sociais, como agentes da força de segurança do estado (Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana), agentes de saúde pública, redutores de danos, organizações da sociedade civil, ativistas de direitos humanos, moradores do entorno, frequentadores dos bairros, comerciantes locais, movimentos sociais na luta por moradia, profissionais de imprensa, fiéis de diferentes setores da igreja, assistentes sociais, pesquisadores e estudantes, profissionais do sexo, pessoas em situação de rua, entre tantos outros.

Território marcado pela constante necessidade de mediação entre os diferentes sujeitos que o ocupam, a Cracolândia reúne uma série de interesses em disputa:

imobiliários, especulativo-financeiros, eleitorais ou políticos, que têm sido mobilizados ao longo dos anos em benefício de grupos específicos.

Nessa concorrência de projetos, a interferência do Estado opera favorecendo partes ligadas ao capital econômico, uma vez que é caracterizada pela atuação violenta das forças de segurança, simultaneamente à ausência de políticas de saúde integral, de direitos humanos, de moradia e de assistência social à população em situação de vulnerabilidade, o que representa um meio de expulsão. Um importante exemplo desta dinâmica são as sucessivas ações da Polícia Militar em conjunto com a Guarda Civil Metropolitana que ocorreram no território a partir de maio de 2022, que foram responsáveis pela dispersão violenta de pessoas da praça Princesa Isabel e que provocaram a migração de grupos em fluxo pelo centro da cidade, sob a narrativa de “acabar com a Cracolândia”.

Depois das violentas ações de 2017, a primeira grande operação contou com cerca de 650 funcionários de segurança pública e foi marcada por denúncias de truculência e de violência por parte da polícia. Durante os meses que se seguiram, inúmeras operações passaram a ocorrer com frequência na região, causando mudanças na localização da população que ali vivia ou a frequentava, com repetidos movimentos de retirada a cada nova acomodação dos grupos. Essas movimentações frequentes rebatizaram a área como região do Fluxo, devido ao movimento de fluxo da população pelas ruas do território, como o Largo Coração de Jesus, a Praça Princesa Isabel, a rua Helvétia, a Avenida São João e a região da Santa Ifigênia entre as ruas dos Gusmões e a General Osório³⁵. Um fluxo desordenado e induzido pela violência que vai construindo relações complexas com os comerciantes e moradores, o que ajuda a justificar essa ação perante a opinião pública

No território foi possível observar situações de violência policial cotidianas, como revistas e abordagens agressivas. As abordagens policiais, presenciadas pelos extensionistas e relatadas por pessoas contactada pelo projeto, resultam no confisco de pertences pessoais como roupas, documentos, cobertores, produtos de higiene, ação conhecida popularmente como “rapa”.



Créditos: Luca Meola



Créditos: Luca Meola

Ainda que a presença das forças de segurança na região seja ostensiva, o acompanhamento de movimentos sociais e organizações da sociedade civil e de direitos humanos é constante e foi fundamental para o desenvolvimento do projeto na região. São destacadas aqui os movimentos sociais que contribuíram com a organização de encontros, relatos e informações indispensáveis ao trabalho de campo, como é o caso do **Teatro de Contêiner Mungunzá**, que é um espaço cultural e social localizado próximo à estação da Luz e cedeu espaço para reuniões e ações realizadas pelo projeto. O Teatro divide sua sede com movimentos como o **Coletivo Tem Sentimento**, que desenvolve projetos de geração de renda para mulheres cis e trans da região da Cracolândia, o Coletivo de arte **Birico** e o **Pagode na Lata**.

As ações no local foram coordenadas pelo Centro de Convivência É de Lei, que atua na região e foi um dos movimentos sociais responsáveis pelo projeto.

O **Centro de Convivência É de Lei** é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua desde 1998 na promoção da redução de riscos e danos, sociais e à saúde, associados à política de drogas. O propósito da organização é promover a perspectiva ética do cuidado no campo das drogas, ampliando a possibilidade de escolha das pessoas, desconstruindo preconceitos, e incentivando uma cultura garantidora de direitos e diferenças. Sua missão é cocriar e disseminar referências e práticas de cuidados e estratégias de redução de danos a partir da atuação junto às pessoas que são afetadas pela política de drogas, às que trabalham na rede intersetorial, à academia e à gestão pública, visando incidência política que transforme a lógica da guerra às pessoas.

As ações do É de Lei se concentram em três principais frentes de atuação:

-Práticas de Redução de Danos: Ações de acolhimento, orientação e encaminhamento de demandas do Centro de Convivência, desenvolvimento de projetos culturais, de prevenção às IST, HIV/aids e promoção da redução de danos em diversos contextos, como em territórios onde há pessoas em situação de rua e contextos de festividades.

-Ensino e Pesquisa: Troca de experiências práticas e teóricas no campo da Redução de Danos. Oferta de cursos, supervisões, palestras e formações, eventos técnicos e científicos, parcerias com universidades e instituições, produção e colaboração em pesquisas.

-Comunicação e Advocacy: Incidência política e formulação de estratégias para efetivação de direitos e políticas públicas. Diálogo público e disseminação de boas práticas de cuidado. Construção colaborativa de estratégias, junto às pessoas afetadas pela política de drogas, contemplando necessidades comuns e lutando por políticas garantidoras de direitos.

Apesar de, inicialmente, o foco do grupo do território da Luz serem as mulheres cis e os homens trans que menstruam e estão em situação de rua, as movimentações do fluxo e a presença violenta das forças de segurança, fizeram com que fosse necessário abrir outras possibilidades de ação do projeto. A tensão no território e as ações policiais também fizeram com que a equipe tivesse dificuldade de conversar sobre questões diretamente ligadas à dignidade menstrual com as pessoas que circulam pelas ruas, pois as demandas estavam mais relacionadas à alimentação e moradia, por exemplo.

Nesse contexto, houve aproximação do projeto com o coletivo Mulheres da Luz, que passou a ser o principal foco do núcleo. O coletivo Mulheres da Luz, que busca promover a cidadania e a garantia dos direitos das mulheres em situação de prostituição local, desenvolve atividades relacionadas à educação, cultura, cidadania, saúde e acesso a direitos sociais. Nesse grupo, tivemos contato com mulheres em situação de prostituição e de extrema pobreza. A maioria das mulheres com que conversamos tinha idade acima dos 40 anos, algumas delas relatavam serem mães e que suas famílias não sabiam sobre a sua atividade na prostituição. Para as participantes, a prostituição é a única fonte de renda, ainda que a remuneração seja extremamente baixa.

Além de identificar e atuar com movimentos sociais locais, o projeto buscou compreender a atuação dos equipamentos públicos de atendimento à população em situação de rua na região do Fluxo. Identificamos o Centro de Referência de Assistência Social, Unidades Básicas de Saúde, Unidade Recomeço Helvética, o Centro de Atenção Psicossocial IV, pontos de cuidado e assistência em que não houve receptividade para o diálogo com funcionários e demais profissionais de saúde da unidade.

De acordo com a avaliação de movimentos sociais que atuam na região, desde antes da pandemia está em curso um movimento de fechamento de diversos equipamentos públicos, num constante processo de sucateamento dos equipamentos de saúde e de assistência social na região. Organizações sociais denunciaram, por exemplo, o fechamento do serviço Atende II durante a pandemia de COVID-19, que era o único equipamento em funcionamento que possibilitava à população em situação de rua e aos usuários e usuárias de drogas locais o acesso à água corrente, água potável, alimentação, chuveiros e pernoite.

O Atende II era uma unidade de atendimento diário emergencial que fez parte do Programa Redenção e era voltado ao atendimento multidisciplinar dos usuários de drogas que se concentram na região. Para os movimentos sociais, o fechamento do último equipamento de referência na região representa uma exposição ainda maior das pessoas em situação de rua aos diversos efeitos da pandemia e a outras vulnerabilidades, incluindo o aprofundamento da pobreza menstrual.

Outra ação parcialmente encerrada no mesmo período foi o Vidas no Centro, criada em 2020 pela Prefeitura de São Paulo e que operava com cinco unidades na capital paulista com oferta de banheiros, banhos e lavanderias para população em situação de rua. A iniciativa executada por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SMDET), com apoio das secretarias municipais de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), chegou a um número recorde de atendimentos em abril de 2020, no começo da pandemia da Covid-19, realizando mais de 1,5 milhão de atendimentos nas estações localizadas no Centro da cidade de São Paulo.

NÚCLEO SÉ

Por: Giovanna Antonela Rondon Giovanella, Julia Köpf de Moraes Paulo, Sonia Maria Reis da Costa Rêgo, Claudia Fegadolli

O núcleo Sé coordenou o projeto nos seguintes distritos da subprefeitura: Sé, **República, Bela Vista e Bom Retiro**. A partir das primeiras aproximações no território, decidiu-se dar enfoque nas pessoas que vivem em moradias precárias. O projeto adotou, conceitualmente, que moradias precárias são as ocupações, cortiços, coabitação de lote e favelas. No processo inicial de observação e de reconhecimento da dinâmica cotidiana do território, as principais habitações precárias encontradas nas visitas de campo do território foram as ocupações, regularizadas ou irregulares.





Roda de Conversa realizada na Ocupação São João 588/288

O histórico de ocupações de imóveis abandonados no Centro de São Paulo foi intensificada a partir dos anos 1990, sendo um dos marcos desse período a ocupação de um casarão da Universidade de São Paulo em Campos Elísios, no ano de 1997, por cerca de 1500 famílias. De 1997 a 2007, houve a ocupação de cerca de 63 edifícios vazios, marcando a disputa por moradia digna em um território com muitas edificações sem destinação social, a partir de um movimento de esvaziamento do centro iniciado na década de 1960 e que se tornou intenso na década 1970³⁶. Entre as dezenas de ocupações existentes no centro de São Paulo atualmente, quatro foram inseridas no projeto, por critério de proximidade de lideranças ou facilidade de acessar a população de interesse.

O primeiro local inserido foi a **Ocupação São João 588/288**, antigo Hotel Columbia Palace, que foi ocupado em 2010, após 27 anos de abandono. Hoje, ali vivem 81 famílias com aproximadamente 300 pessoas. A ocupação é associada a dois movimentos por moradia, o **Movimento Sem-Teto pela Reforma Urbana (MSTRU)** e a **Frente de Luta por Moradia (FLM)**. Além dessa, outra ocupação participante foi a **Ocupação dos Imigrantes Jean-Jacques Dessalines, do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)**. Devido ao elevado número de refugiados haitianos, o nome da ocupação é uma homenagem a **Jean-Jacques Dessalines**, um dos líderes responsáveis pela libertação e independência do Haiti no início do século XIX. O antigo prédio foi ocupado em 2021, durante a pandemia da COVID-19. Atualmente há cerca de 80 famílias vivendo no local, principalmente famílias de migrantes ou refugiados.



Roda de Conversa sobre Pobreza Menstrual e Saúde da Mulher na Ocupação da Rua Treze de Maio

Outra ocupação incluída foi a **Ocupação Penha Pietra's**, também associada a movimentos de moradia, como **Movimento de Moradia e Inclusão Social e a FLM**. Esta ocupação se formou em 2021, quando cerca de 260 pessoas adentraram o prédio onde funcionava um antigo hotel entre a Avenida Paulista e a Rua da Consolação. O nome da ocupação é em homenagem a Penha Pietra, professora de dança e fundadora do grupo de teatro “Os 16 Meninos da 13 de Maio”, que dedicou sua carreira pelo direito à arte e à cultura na cidade.

Além das ocupações vinculadas a movimentos sociais, também se dialogou com ocupações independentes, sendo uma delas a **Ocupação da Rua Treze de Maio**. O antigo casarão foi ocupado há 3 anos por amigos e familiares, não ligados a movimentos sociais de moradia. Atualmente ali vivem mais de 40 pessoas, divididas em diferentes núcleos familiares. A organização e a gerência do local são de responsabilidade de uma coordenadora, que é quem divide as despesas e gastos.

Para além das ocupações, outros movimentos presentes no território foram contactados, principalmente aqueles ligados à Igreja Católica. Um deles foi a **Missão Paz São Paulo**, criada nos anos 1930, instituição filantrópica scalabriniana de apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados. A missão é organizada em cinco linhas diferentes: **Casa do Migrante**, local de acolhida, que funciona como abrigo; **Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes**, com função de assistência documental e jurídica, inserção laboral, capacitação, saúde e serviço social; Eixos Transversais, com atuação em Advocacy, projetos e comunicação; e, por fim, a **Igreja Nossa Senhora da Paz**. A Missão atua no acolhimento de imigrantes e refugiados.

Assim como a Missão Paz, a **Igreja Nossa Senhora da Achiropita**, localizada na Rua Treze de Maio, também possui atuação social. A Igreja possui o **Espaço Social Dom Orione**, criado no ano de 1994. Ali a população em situação de rua da região tem acesso a banho, lavagem de roupas, aulas de computação, cursos, oficinas artesanais e de marchetaria, atendimento psicológico, passeios culturais,

encaminhamento para emprego, além de momentos de lazer. Cerca de 190 pessoas em situação de rua são atendidas no espaço. Tanto a Missão Paz quanto a Igreja Nossa Senhora da Achirópita foram contatos importantes e permanentes durante o desenho do projeto.

Quanto aos serviços de saúde encontrados na região, as principais unidades básicas de saúde (UBS) foram: **UBS Humaitá, UBS República, UBS Sé e UBS Nossa Senhora do Brasil**. As três últimas possuem o chamado **Consultório na Rua**, com o foco de promover saúde à população em situação de rua. Não foi possível comunicação direta com as unidades básicas de saúde e pouca foi a participação dessas para o desenvolvimento do projeto. Os serviços comunicaram ao projeto que havia sobrecarga de trabalho com a pandemia da COVID-19, o que não permitia aos trabalhadores dedicação a atividades como esta.

Foi esse o cenário reconhecido pelo núcleo coordenado pelo movimento Fluxo Solidário, com suas estruturas, funcionamento e atores relevantes.

A **Fluxo Solidário** é uma campanha de combate à pobreza menstrual e desigualdade de gênero, criada no ano de 2020 durante a pandemia da COVID-19. O projeto se deu a partir de um clube de leitura do livro “Presos Que Menstruam: A Brutal Vida das Mulheres - Tratadas como Homens - Nas Prisões Brasileiras”. O livro da autora brasileira Nana Queiroz relata o cotidiano das prisões femininas no Brasil e os desafios de vivenciar a privação de liberdade como mulher. A partir da leitura e discussão dos principais temas abrangidos no livro, foi iniciada a campanha com enfoque na temática da menstruação. Durante a sua atuação o projeto realizou rodas de conversa sobre menstruação, autonomia menstrual e saúde da mulher. Tais rodas de conversa foram realizadas juntamente a diferentes projetos e movimentos sociais, como em ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ONG Mulheres da Luz, Reserva Indígena Tekoa Pyau e Pastoral Povo da Rua. Além das rodas de conversa, durante os momentos de encontro, o projeto criava kits com absorventes, produtos de higiene pessoal e calcinhas, que eram distribuídas em tais localidades. A Fluxo conta também com diversas parcerias para cessão de espaço para a realização de suas atividades, como por exemplo a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil), com sede na praça da Sé.

NÚCLEO CANINDÉ/PARI

Por: Júlia Soares dos Santos, Juliana Freires dos Santos,
Amanda Alves Vilas Boas, Claudia Fegadoll

O terceiro núcleo esteve situado na zona central do município de São Paulo e incluiu os bairros de **Alto do Pari, Pari e Canindé**. O bairro do Canindé está localizado entre os bairros da Luz, Brás e Pari, estendendo-se até a marginal Tietê. Do outro lado do rio e da marginal está o bairro da Vila Guilherme.

O bairro do Canindé e Alto do Pari pertencem ao distrito paulistano do Pari, que é administrado pela Subprefeitura da Mooca. Este território abrange uma população de quase 20.000 pessoas³².



O Pari já era citado no recenseamento empreendido pela câmara municipal de São Paulo em 1975. À época, existiam no bairro cerca de 15 residências, onde moravam 72 pessoas, que se ocupavam principalmente da atividade de pesca. Atualmente, o bairro possui um comércio intenso e indústrias, sendo conhecido como o “bairro doce” de São Paulo, em razão do grande número de atacadistas e indústrias de doces na região.



Cine-debate sobre o filme Neirud, com presença da cineasta Fernanda Faya



Oficina de cartazes para 08 de Março – dia das mulheres trabalhadoras



Roda de conversa sobre o combate à violência contra às mulheres



Lançamento do livro Guerras Culturais – em parceria com estudantes do curso de História da Arte da UNIFESP



Brechó realizado na Casa Laudelina – uma das atividades fixas que muitas vezes serve de propaganda para outras atividades do espaço com foco no combate a violência.

Além dos doces, o território desenvolve determinadas características devido à sua proximidade com o Brás, conhecido nacionalmente por seu intenso comércio popular. A forte atividade comercial é muito voltada às roupas e aos artigos eletrônicos. A **Galeria Pagé Brás**, conhecido polo de comércio popular, está localizada no bairro do Canindé, a exemplo de outros shoppings populares. Possui também estabelecimentos industriais, principalmente a indústria de confecções. O bairro possui comércios de artigos para casa e decoração, além de ferramentas, acessórios, máquinas, equipamentos e outras variedades, tanto no varejo, quanto no atacado³⁷.

O grande fluxo comercial nessa localidade fez com que o bairro fosse atrativo às novas geração de imigrantes que chegam à cidade. Na região, há muitos bolivianos, inclusive a feira boliviana acontece no bairro. Mas há pessoas de várias nacionalidades e caminhar pelas ruas permitiu-nos ouvir conversas em árabe, espanhol, chinês e outros idiomas. O bairro inclui também muitos descendentes de portugueses, coreanos e palestinos.

A pobreza é presente na região. Segundo o mapa de vulnerabilidade social da cidade de São Paulo³³, o Pari fica em sexta posição com os piores indicadores sociais, em segundo lugar a Sé, em que o projeto também atuou.

As mulheres são mais da metade da população do distrito do Pari³³ e é nesse cenário que atua o Movimento de Mulheres Olga Benario, que em 2021 ocupou no local uma casa abandonada há mais de 30 anos. Atualmente, na rua Padre Vieira, 145, funciona a **Casa Laudelina de Campos Melo**, a 2ª ocupação de mulheres do estado de São Paulo e a 4ª das 20 ocupações que o movimento já organizou no Brasil

O **Movimento de Mulheres Olga Benario** tem amplitude nacional e organiza as mulheres trabalhadoras em mais de 20 estados do Brasil pelos seus direitos e pelo socialismo. A Casa Laudelina de Campos Melo, é uma ocupação urbana que existe desde 2021, que aprofunda essa política, atuando como centro de acolhimento, apoio e desenvolvimento às mulheres. O espaço desenvolve diversas atividades de combate à violência de gênero, de enfrentamento à pobreza menstrual, promovendo oficinas de geração de renda, formação política e organização das mulheres e articulando com demais movimentos a responsabilização do Estado para a construção de alternativas populares às situações de violência vividas pelas mulheres do país.

A região possui instituições religiosas como a paróquia **Santo Antônio do Pari**, fundada em fevereiro de 1914, por dom Duarte Leopoldo e Silva e a **matriz de Santo Antônio do Pari**, de 1924, que foi restaurada após um incêndio ocorrido no ano de 2006³⁹.

O bairro comporta uma Instituição de Longa Permanência para idoso (ILPI), o **Sítio das Alamedas**, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e os **Centros de Acolhida para Adultos Vivenda da Cidadania**, que é misto, atende homens e mulheres em situação de rua. Há também a **Casa de Apoio Maria Maria**, exclusivo para mulheres cis, o **Centro de Acolhida Especial para famílias Canindé** (CTA-18) e a **Estação Vivência**, exclusiva para homens.

O território também conta com uma **Unidade Básica de Saúde** onde o movimento constrói ativamente o conselho gestor, promovendo diálogos com as profissionais da saúde e aprofundando uma parceria de ação no território sobre promoção das ações da UBS e das atividades da Casa Laudelina no combate à violência contra a mulher.

O **Instituto Federal de São Paulo** é um importante espaço de referência para a região do Pari, por ser um polo educacional que oferece cursos de nível médio, técnico e superior, além de atividades extracurriculares desenvolvidas com a comunidade externa, como por exemplo projetos de diálogo e formação com a **Escola Municipal de Ensino Fundamental Espaço de Bitita**, que possui a maior parte de estudantes imigrantes da América Latina. Ambos os espaços já foram focos de parceria do trabalho do movimento Olga Benario, sobre dignidade menstrual e combate à violência.



AS VIVÊNCIAS DAS PESSOAS COM A MENSTRUÇÃO

A partir do mapa estrutural, com seus principais fixos, fluxos e atores institucionais e sociais, são aqui apresentadas as vivências de pessoas afetadas por diversas vulnerabilidades, discutidas em alguns recortes: pessoas em situação de rua, moradoras de ocupações, trabalhadoras do sexo, outras trabalhadoras formais e informais.

A POBREZA MENSTRUAL ENTRE AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

O primeiro censo de pessoas em situação de rua do município de São Paulo foi realizado em 1991 pela antiga secretaria municipal da família e do bem-estar social, que identificou um conjunto de 3.392 pessoas. Em 2019, o número passou para 24.344 e chegou a 31.884 ao final de 2021, um aumento de 7.540 pessoas ou 31%, de acordo com o Censo da População em Situação de Rua, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). A

quantidade de pessoas nas ruas de São Paulo continua crescendo e era, em 2023, superior a 42.240 pessoas, como mostra levantamento realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua⁴⁰.

Ainda de acordo com o Censo da População em Situação de Rua, em 2021 cerca de 12.851 pessoas viviam em situação de rua nos territórios da Subprefeitura da Sé, o que representa a maior concentração de rua da cidade, com 40,31% das pessoas sem teto na capital paulista. Nesse território, ao menos 7% são pessoas que potencialmente menstruam, por serem mulheres cis, homens trans, pessoas não binárias ou agêneros com idades entre 12 e 49 anos, embora esse número possa ser maior, já que não há informações sobre a idade de 16,4% (5.222) das pessoas nem sobre gênero de 17,2% (5.472 pessoas) nesse recorte de idade/gênero realizado pelo censo. O caminhar pelas ruas da região gerou, nos extensionistas, a impressão de que esses números estão subestimados.

Entre as pessoas que menstruam, o censo revelou que 57% utilizavam absorventes ou coletores, a maioria absorventes descartáveis. Entre estas 36,1% relataram acessar absorventes nos centros de acolhida, de convivências ou provenientes de projetos, 35,5% compravam e 24% pediam nas ruas ou recebiam de doações⁴¹. Um dado que mostra o grande percentual de 43% das pessoas que menstruam sem acesso a absorventes ou coletores. Essa é uma das poucas informações disponíveis sobre a dignidade menstrual das pessoas em situação de rua no município de São Paulo.

Foi dificultoso para o projeto acessar a experiência da menstruação nessa população, uma vez que suas demandas e necessidades prioritárias são muito anteriores à questão do bem-estar menstrual, como por exemplo não ter casa, a exposição à violência ou o não acesso a benefícios da lei orgânica de assistência social (LOAS). É importante lembrarmos que os extensionistas são ligados a movimentos sociais atuantes na região e que, portanto, já desenvolvem outras ações no território. Ao buscarem compreender melhor a experiência da menstruação, em incontáveis vezes tiveram que priorizar outro tipo de conversa ou ofertar algum tipo de apoio, principalmente nos temas relacionados às violências policial e de Estado ou, ainda, à redução de danos para usuários de drogas. Muitas vezes a demanda era apenas a possibilidade de escuta das difíceis histórias de vida.

Durante a busca por depoimentos ou expressões da experiência menstrual foi frequente a necessidade de fornecermos absorventes, uma vez que foi assumido o compromisso ético do projeto o apoio às situações em que o grupo tivesse condições de intervir na promoção da educação, saúde e bem-estar. Muitas pessoas se aproximavam dos extensionistas quando notavam a disponibilidade de absorventes, com intuito apenas para consegui-los, sem querer conversar, o que não foi questionado pelos extensionistas. Somente as pessoas que realmente queriam

expressar suas experiências o faziam, sem nenhum condicionamento de doação de absorventes. A oferta de itens de conforto menstrual foi um requisito importante para a possibilidade de atuação dos extensionistas, que se deparavam com situações extremas de pobreza e indignidade menstrual, em alguns casos agravadas pela atuação do Estado:

Conversei com uma mulher que me pediu para tirar minha calcinha e dar para ela e também queria absorventes, mas naquele dia não tínhamos (sobre uma mulher cis negra de 40 anos, que vive nas ruas desde os 16 anos)

Denise me pediu absorventes e calcinha, pois na última ação do rapa (serviço de remoção) levaram todos seus pertences e ela estava apenas com a calcinha do corpo, e perto de menstruar.

O enfrentamento da pobreza menstrual pelas pessoas em situação de rua ocorre principalmente por ações de solidariedade entre as pessoas do próprio território, que se organizam numa rede de apoios instável e móvel entre a população local:

Na praça princesa Isabel, dona Maria comentou sobre a dificuldade de acessar banheiros, disse estar na menopausa, mas aceitou os absorventes para entregar a outras mulheres dali.

Ainda que existam ações de apoio mútuo, os recursos alcançados para contenção de fluxo e higiene não são suficientes para garantir dignidade menstrual.

Diante da insuficiência, identificamos pessoas que usam o mesmo absorvente por muitas horas ou dias e também aquelas que armazenam absorventes utilizados para reutilização. Além da falta de insumos, o acesso a locais e à água para realizar higiene menstrual também é dificultoso:

Ela informou a situação precária que se dá para manter a higiene básica no dia a dia, que piora quando vem o fluxo menstrual. Ela disse que com os acessos reduzidos de senhas para banho nos equipamentos do Vidas no Centro, nem sempre consegue manter uma rotina diária de banhos, que usa banheiros públicos da estação de metrô Dom Pedro II e do terminal de ônibus Princesa Isabel, e na hora do aperto usa caçamba de lixo próximo de onde está ou em calçadas menos movimentadas.

As redes assistenciais social e de saúde não alcançam essas pessoas e não impedem situações degradantes de impossibilidade de higienização e de acesso ao cuidado e às tecnologias essenciais para a saúde menstrual e integral:

Sofia, 25 anos, tem dois filhos gêmeos com 2 anos e está em situação de rua após fugir de casa por agressão do seu companheiro. Nas ruas ela passa muito tempo acordada e em estado de atenção

com seus filhos, muitas das vezes mal se alimenta para garantir a alimentação deles e com isso seu ciclo menstrual sofre muita alteração, o uso dos absorventes que utiliza muitas vezes ela consegue retirar no abrigo ou em último caso utiliza pano para substituir.

Ela relatou que em 2018, aproximadamente, aceitou cuidado do CAPS AD CENTRO, onde conseguiu anticoncepcional injetável, que usou por cerca de 6 meses. Por volta do quarto mês, relata ter tido hemorragia anal, e por conta própria interrompeu o uso, que também cessou a hemorragia, mas não passou por atendimento clínico para comprovar a relação dos fatos. Esse caso que a fez ficar receosa de aceitar aproximação de profissionais dos serviços que trabalham com a população de rua.

Os relatos descritos fazem parte do mapeamento da pobreza menstrual entre as pessoas em situação de rua, cujos pontos principais são sintetizados a seguir:

- Diante de inúmeras e importantes violações à dignidade humana, o tema da Dignidade menstrual não é prioridade entre as pessoas em situação de rua.
- A maioria das demais violações sofridas intensificam a situação de não acesso à dignidade menstrual.
- Faltam banheiros e acesso à água e a produtos de higiene, não havendo recursos financeiros para sua aquisição de forma individual.
- Não acesso a equipamentos públicos, como serviços de saúde e de assistência social e quando o fazem é de maneira fragmentada, sem construção de vínculo e sem cuidado longitudinal, não fazendo conexão com a produção cotidiana da vida daquelas pessoas.
- Não acesso a produtos e tecnologias para conforto menstrual, como medicamentos orais e injetáveis.
- Violência de estado e violência policial, com perda de bens e dos poucos recursos são cotidianamente presentes.
- O acesso a absorventes, muitas vezes, é alcançado apenas por doações.
- Solidariedade entre a população local cria rede de apoio móvel e frágil.
- Os movimentos sociais do território são, em muitas situações o único elo com um cuidado a essa população.

A POBREZA MENSTRUAL ENTRE AS PESSOAS QUE VIVEM EM OCUPAÇÕES

Em 2018, mais de 45 mil famílias viviam em 206 ocupações irregulares na cidade de São Paulo, das quais 3300 habitavam 53 imóveis na região central⁴². Entre as muitas dificuldades enfrentadas por quem vivem em ocupações, a pobreza menstrual é presente e está relacionada ao acesso insuficiente a produtos e a espaços para a higiene menstrual, assim como ao incômodo evitável e ao pouco conhecimento sobre o próprio corpo, entre outros elementos:

Existem apenas 5 banheiros na ocupação e somente um deles conta com um chuveiro para servir às 12 famílias moradoras. Desses 5, apenas 3 contam com vaso sanitário e todos funcionam por meio do uso de baldes para dar descarga. Considerando o número de mulheres que reside na ocupação, fico apreensiva em imaginar como deve ser lidar com a menstruação tendo a disponibilidade de banheiros tão precários e como deve ser o dia-a-dia das pessoas da ocupação que têm que disputar esse único chuveiro para se apresentar adequadamente ao trabalho.

A sua grande maioria não deixou de trabalhar durante o período menstrual, porém as dificuldades para a higiene corporal são muitas: falta de banheiro, banheiros sujos, inseguros, falta de insumos.

As pessoas que vivem em ocupações, além da moradia precária, também enfrentam condições de trabalho difíceis. Dessa forma, à dificuldade com banheiros em casa, soma-se o uso de banheiros inadequados na vida profissional e o acesso insuficiente a absorventes:

Relatou que no dia que está menstruada no trabalho é muito ruim. Porque os banheiros no trabalho não são muito limpos e que quando não tem absorvente substitui por papel mesmo.

É frequente a escolha imposta entre comprar produtos para a menstruação ou outros gêneros de primeira necessidade, expondo as mulheres ao desconforto menstrual e a constrangimentos:

O custo dos absorventes pesa muito na conta. Já deixaram de comprar absorvente para comprar leite para os filhos e usavam papel higiênico velho que tem em casa. Comprar pão e não absorvente é uma questão frequente.

As condições para aquisição de absorventes são restritas. Ao serem questionadas se algumas deixaram de comprar insumos higiênicos para conter o sangramento optando por alimentação, muitas responderam que sim e em substituição usaram papel higiênicos ou pedaços de pano.

A maioria já havia deixado de fazer algo por estar menstruada, dificuldade financeira para comprar absorventes.

Nas ocupações, as rodas de conversa possibilitaram acessarmos outra importante dimensão da pobreza menstrual: os tabus e os desconhecimentos sobre a menstruação:

As respostas são que menstruação é a sujeira que o corpo coloca para fora, menstruação é dor, é um sangue sujo.

Notou-se grande desconhecimento sobre os aspectos fisiológicos da menstruação, assim como a respeito dos métodos não tradicionais de retenção do fluxo. Ao conversarmos sobre o tipo de protetor menstrual utilizado, a maioria das mulheres usa absorvente descartável. Poucas tinham conhecimento de outros protetores menstruais, como a calcinha e o absorvente reutilizáveis, assim como o coletor menstrual. Houve desconhecimento sobre a forma de utilização e modos de higienização dos coletores, assim como preconceito sobre o risco de vazamento e de exalação de odores.

Quando explicado o funcionamento do coletor, muitas ainda demonstravam receio na sua utilização:

Neste momento foi necessária explicação sobre a anatomia do corpo que menstrua e como tal protetor deve ser inserido.

As rodas de conversas nas ocupações, onde vivem adolescentes e jovens, trouxeram à tona que lacunas na formação escolar afetam a experiência da menstruação. A maioria das meninas não tinha educação sexual ou educação menstrual na escola, apenas pontualmente por iniciativa das próprias estudantes:

Uma adolescente de 14 anos perguntou se o OB (absorvente interno) tira a virgindade.

Algumas das adolescentes falaram sobre a vergonha de menstruar no colégio e o medo da possibilidade de acontecer *bullying*.

O ambiente escolar é ainda mais hostil para os jovens trans que menstruam:

Ele conta que, nesse ano, foi agredido e expulso do banheiro da escola por outro aluno, que também o ameaça de estupro. Por sorte, a escola tomou providências e expulsou esse aluno. Ele também conta do seu incômodo com a menstruação, como se isso desvalidasse sua identidade masculina, e muitas vezes, mata aula para não passar por transfobia na escola.

Estes encontros visibilizaram a importância da inclusão da população trans nas políticas públicas voltadas à dignidade menstrual em qualquer território.

Durante as atividades do projeto, a distribuição gratuita de absorventes foi discutida e as participantes manifestaram a expectativa de que centros de saúde e escolas pudessem apoiá-las. Não apenas devido ao preço dos absorventes, mas também porque a menstruação frequentemente ocorre em momentos em que as pessoas estão fora de casa e desprevenidas.

Os aspectos que mais se evidenciaram no mapeamento da pobreza menstrual entre as pessoas que vivem em moradias precárias pode ser apresentado da seguinte maneira:

- Banheiros insuficientes e precários na vida cotidiana, nas próprias moradias e no ambiente de trabalho.
- Dificuldade de adquirir absorventes, com impacto no orçamento familiar.
- Conhecimento insuficiente ou deficitário sobre a menstruação e métodos de contenção do fluxo, gerando dificuldades adicionais e constrangimentos.
- Pouco apoio de instituições e pontos da rede de educação, saúde e assistencial.
- Ambiente escolar e de trabalho hostil para quem menstrua, principalmente para os corpos trans.

A POBREZA MENSTRUAL ENTRE PESSOAS QUE EXERCEM TRABALHOS PRECARIZADOS NO TERRITÓRIO, EXCETO TRABALHADORAS DO SEXO

Conceitualmente, definimos como trabalhos precarizados aqueles que são temporários, de baixa remuneração, sem registro formal e/ou sem acesso a direitos trabalhistas. As pessoas que atuam neste tipo de trabalho enfrentam dificuldade de acessar lugares adequados para realizarem a higiene menstrual, além do alto preço de produtos básicos de higiene e de insumos menstruais. Essas barreiras à dignidade menstrual vão sendo vencidas pelas oportunidades geradas a partir das relações construídas no cotidiano do trabalho. A pobreza menstrual entre essas pessoas pode ser retratada a partir de alguns relatos possibilitados pelos encontros do projeto:

Renata mora em um pensionato e sobrevive apenas da venda de cigarros durante o dia. Disse que para usar o banheiro vai em um bar na outra ponta da passarela e em um salão de beleza. Contou que o banheiro não é dos mais equipados, mas é o suficiente para as necessidades do dia a dia. Disse que toma anticoncepcional, então menstrua em

períodos maiores e que consegue absorvente às vezes com o dinheiro das vendas, às vezes com o escambo de cigarro no pensionato.

Marcia, de 47 anos, trabalha no território como faxineira. Disse que o acesso a itens de higiene era difícil, pois eram muito caros para adquirir em quantidade suficiente. Ela não menstrua mais, mas precisa comprar para a filha adolescente.

Em um dos territórios, houve aproximação com as trabalhadoras terceirizadas de um Instituto Federal de Educação. Mesmo no trabalho institucional, foram identificados banheiros considerados inadequados pelas usuárias e exposição a outras vulnerabilidades que aprofundam inequidades de gênero, como ausência de local para amamentação e de falta de iniciativas de promoção da dignidade menstrual da mulher trabalhadora.

O retrato da pobreza menstrual entre trabalhadoras do território é distinto em alguns aspectos. Embora sejam pessoas com renda e moradia fixa, os trabalhos ocorrem em situações precárias, com baixa remuneração e as expõe a dificuldades cotidianas que afetam sua dignidade menstrual. Alguns pontos foram destacados:

- Dificuldade de acesso a banheiros, sendo necessário contar com a solidariedade de comerciantes locais.
- Quando existentes, os banheiros são inadequados.
- Dificuldade de adquirir absorventes, pelo impacto no orçamento familiar.
- Aquisição de absorventes por escambo.
- Necessidade de se conectar a redes de solidariedade para acessar absorventes.
- Percepção acentuada da falta de dignidade menstrual atravessar diferentes gerações, constringendo a pessoa que não menstrua mais a se implicar com as dificuldades das jovens.

A POBREZA MENSTRUAL ENTRE AS TRABALHADORAS DO SEXO

A prostituição chega na região da Luz nos anos de 1950 e foi se conformando principalmente após ação da Prefeitura da cidade de confinamento dos prostíbulos, com uma realidade atual em que mulheres mais velhas, acima de 40 anos, exercem a atividade⁴³. A pobreza menstrual é evidentemente presente nesse grupo, que desconhecia o tema da dignidade menstrual:

(...) eu me apresentava e introduzia sobre a dignidade menstrual com as mulheres, nenhuma delas sabia o que era dignidade menstrual (não só desta vez como em todos os campos até hoje realizados)

Entre as pessoas contactadas, ouvimos frequentemente relatos de mulheres jovens que já não menstruavam mais, assim como ouvimos de muitas outras pessoas em situação de rua, enquanto outras relataram apresentar fluxo menstrual intenso. Quando presente, a aceitação da menstruação entre as pessoas com quem tivemos contato é baixa, descrita por algumas mulheres como algo bastante inconveniente e que desperta nojo, nos clientes e nelas próprias:

Relataram que a menstruação era um problema, pois interfere na prática sexual e representa para elas uma semana sem trabalhar, pois os clientes em sua maioria sentem nojo do sangue e não admitem uma mulher menstruada.

A interferência da menstruação no cotidiano do trabalho é um problema para as trabalhadoras do sexo, a qual é considerada pelos clientes da prostituição como algo nojento. Durante as conversas, mais de uma mulher disse ter ouvido ameaças de violência por trabalharem em período menstrual. Essa dificuldade torna a contenção do fluxo uma necessidade para o trabalho, agregando um novo elemento de intensificação do sofrimento diante da pobreza menstrual.

Devido a essa necessidade de não apresentarem fluxo menstrual evidente, as trabalhadoras do sexo costumam adotar medidas que colocam em risco sua saúde. É comum entre elas a inserção de uma bola de algodão no canal vaginal como forma de conter o fluxo menstrual, ainda que informem que conhecem os riscos à saúde que esse método de contenção pode oferecer. Mesmo correndo riscos, o insumo não é sempre efetivo, algumas compartilharam que, por vezes, o algodão pode ficar preso ou deixar o sangue vazar. Houve relato de situações em que o algodão não conteve o fluxo e que o eventual cliente percebeu a menstruação, tendo se recusado a aceitar o programa. Há relatos também de que, frequentemente, o algodão é “perdido” internamente durante o ato sexual e que é comum o uso de ducha higiênica na vagina para inchar o algodão e possibilitar a sua retirada. Também foi relatado o uso frequente de pedaços de esponja de lavar louça ou da esponja que acompanha o preservativo feminino para a contenção menstrual.

Vários relatos que visibilizam como essa população está sujeita a constrangimentos e a situações de grande potencial de gerar problemas de saúde importantes. Fora do período de trabalho, as mulheres também não têm direito à dignidade menstrual referente ao acesso a produtos, principalmente os absorventes:

Disse da dificuldade de acesso aos absorventes, conseguido em sua grande maioria de doações, que seu fluxo de sangue é grande, mas que

quando está com poucos absorventes usa um por dia e limpa o sangue que escorre com um paninho úmido, que depois descarta.

Assim, como já mencionado, as soluções encontradas tanto no trabalho ou fora dele colocam, com frequência, a saúde das mulheres em risco:

Como forma de superar este empecilho (da não aceitação dos parceiros sexuais), elas utilizam bolas de algodão para estancar o sangue, algumas utilizam a esponja da camisinha feminina e até esponja de lavar louça, além de ser uma prática muito incômoda (isso foi unanimidade entre elas) ainda correm o risco de não conseguirem retirar o algodão por completo.

Além de todas essas dificuldades, as mulheres em situação de prostituição têm muita limitação de acesso a outros elementos da estrutura básica para higiene durante o trabalho, como água, toalhas limpas e roupa de cama limpa, entre outros itens. Também faltam banheiros em quantidades e qualidade adequadas às suas necessidades. O fechamento de espaços públicos e a escassez de locais de acolhimento tem aprofundado a pobreza menstrual. Esse grupo também costuma usar banheiros de bar, que geralmente são apertados e sujos, muitas vezes não possuem porta ou, ainda, o espaço da rua:

Disse que consegue se higienizar melhor quando seus clientes a levam para algum hotel, e que sempre usa o chuveiro nessas situações, mas que não é tão recorrente os programas em locais privados.

Para agravar a situação, elas não conseguem acessar os serviços de saúde com qualidade. Nas conversas desenvolvidas sobre as possibilidades de interrupção da menstruação por anticoncepcional e sobre a utilização de métodos de prevenção de doenças ou de gravidez, identificou-se que há carência de conhecimentos e dificuldade de acessar métodos, produtos e tecnologias no SUS. Há também barreiras para acessar a assistência e o cuidado, com diversas tentativas frustradas que as levam a resolver os problemas à sua maneira:

Fabi disse ter tentado a pílula, mas não ter se adaptado, por sentir dor de cabeça e enjoo e que por último havia tentado a injeção, mas que ainda tinha escapes durante o período.

Esse exemplo visibiliza a importância de estratégias que aproximem os trabalhadores da saúde das populações que moram e trabalham nos territórios do centro e de pautar o tema da dignidade menstrual nas políticas de saúde.

Nesse cenário, o mapa da pobreza menstrual entre as profissionais do sexo incluem os seguintes aspectos:

- Pouco conhecimento sobre a menstruação e condições para ter saúde e dignidade menstrual.
- Mitos e tabus sobre a menstruação, considerada impura e inconveniente.
- Dificuldades em acessar serviços de saúde por razões como vergonha, dificuldade em assumir que são trabalhadoras sexuais ou medo do preconceito por serem mulheres mais velhas em situação de prostituição.
- Assistência à saúde fragmentada e interrompida por experiências de insucesso;
- Dificuldade em acessar tecnologias de conforto menstrual.
- Dificuldade de acesso a banheiros e água para higienização.
- Dificuldade de acesso a absorventes.
- Uso de materiais e métodos inadequados para contenção do fluxo, como algodão e esponjas de cozinha, se expondo a complicações de saúde.
- Menstruação provoca constrangimento no cotidiano do trabalho sexual, muitas vezes impedindo sua execução, trazendo ainda um comprometimento de renda;
- Ameaças de violência devido à menstruação durante o tempo do trabalho sexual.
- Desconhecimento sobre o funcionamento dos serviços de saúde.
- Distanciamento dos serviços de saúde desta população por não acolhimento e cuidado desqualificado, como a produção de diagnósticos errados e consequente não acesso ao atendimento necessário.



AÇÕES DO PROJETO

Concomitantemente ao processo de mapeamento, o projeto foi desenvolvendo articulações e ações no território voltadas à promoção da dignidade menstrual.

ELABORAÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS

Entre as principais ações, foram desenvolvidos materiais educativos a serem utilizados nessa e em futuras ações, os quais serão disponibilizados gratuitamente para outras iniciativas educativas. Os materiais estão disponíveis em: lascal.com.br/nossos-projetos/dignidade-menstrual.



RODAS DE CONVERSA EDUCATIVAS SOBRE DIGNIDADE MENSTRUAL

Rodas educativas foram realizadas nas ocupações e com o coletivo mulheres da Luz. Tinham o intuito de compreender as faces da pobreza menstrual vivenciada e de dialogar sobre dúvidas e mitos a respeito da menstruação, uso de insumos, direitos e acesso a políticas públicas de cuidado e assistência, entre outros temas relacionados.



PALESTRAS SOBRE DIGNIDADE MENSTRUAL

Foram realizadas 10 palestras na EMEF Espaço de Bitita, escola renomeada por professores e alunos em homenagem ao apelido de infância de Carolina Maria de Jesus. As palestras tiveram a participação de diversas turmas, próximo de 500 estudantes e 30 professores e levantaram discussões sobre feminismo, luta das mulheres, pobreza e desigualdade, educação progressista e luta comunitária.



PALESTRAS E PLANEJAMENTO DE AÇÕES COM PROFESSORES E ESTUDANTES DA EMEF ESPAÇO BITITA



AÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

O projeto proporcionou maior articulação com essa instituição de ensino do território, onde foram realizadas rodas de leitura, grupos de estudos e entrega de absorventes 200 pacotes de absorventes para as trabalhadoras terceirizadas, servidoras e estudantes.



Ação entre estudantes e entidades estudantis para garantir absorventes nos banheiros do IFSP



Distribuição dos kits de higiene e absorventes para lideranças da região desenvolvimento de plano de ação no território



Cine-debate realizado em conjunto com estudantes do IFSP sobre dignidade menstrual



Debate com estudantes do curso de geografia do IFSP sobre acesso a dignidade menstrual no Pari



Distribuição dos kits de higiene e absorventes para lideranças da região desenvolvimento de plano de ação no território

INSERÇÃO DE CONSELHEIRA NO CONSELHO GESTOR DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO PARI

O processo de aproximação com serviços de saúde, em um dos territórios, possibilitou que os movimentos sociais se apropriassem dos mecanismos de participação do SUS, até então pouco percebidos. Com intuito inicial de pautar o tema da dignidade menstrual, o movimento de mulheres Olga Benario organizou a candidatura para o Conselho Local de Saúde da UBS e elegeu uma conselheira, o que tem permitido a ampliação da inserção do movimento no debate sobre a saúde das mulheres em contexto de vulnerabilidade urbana.



Apresentação do Projeto Dignidade Menstrual - UNIFESP para o Conselho gestor da UBS/ AMA Pari



Produção de kits de higiene com panfletos para conscientizar sobre dignidade menstrual



Campanha de apresentação do movimento Olga e das ações realizadas na UBS através do Conselho Gestor

AÇÃO NA VILA SANTO ANTONIO (PARI)

O núcleo Canindé/Pari organizou ações educativas com doação de itens de higiene menstrual, adquiridos pelo projeto e advindos de doações para a casa Laudelina.

Montagem de kits com absorventes e produtos de higiene doados pelo Mulheres do Samba para a Casa de Referência Laudelina de Campos Melo e absorventes de pano, coletor e calcinha menstrual do projeto Dignidade Menstrual - Unifesp. Itens entregues para corpos que menstruam na Vila Santo Antônio (Pari).





CONCLUINDO, SEM TERMINAR

A importância de colocar a dignidade menstrual como objeto das políticas públicas foi ganhando força no desenvolvimento do projeto, que visibilizou os diferentes sofrimentos e limitações produzidos pela vivência da pobreza menstrual, nos diferentes grupos envolvidos. O projeto permitiu aprofundar o conhecimento a respeito da produção de vida de pessoas que, embora vivendo no centro da maior cidade do Brasil, seguem sem acessar políticas de assistência à saúde, assistência social e moradia. Ficaram evidenciadas a precariedade e a insuficiência das estruturas para garantir dignidade menstrual e condições de vida dignas à essas pessoas nos territórios. Pessoas que são invisíveis ou que são objetos de preconceitos que naturalizam as inúmeras violências exercidas sobre estas pelo poder público e pela sociedade.

O trabalho revelou a necessidade de educar, informar e fornecer meios para que pessoas em vulnerabilidade social alcancem a dignidade menstrual. O acesso a absorventes íntimos é um direito que deve ser garantido por novas políticas e programas. No entanto, ficou destacada a importância de ampliar o olhar sobre o tema, reconhecendo que os insumos menstruais representam apenas uma parte das necessidades para que as pessoas alcancem minimamente sua dignidade menstrual.

Populações como as da região da Luz/Fluxo convivem com um Estado produtor de violências e ausente no cuidado e amparo. É importante que políticas públicas e projetos voltados a essa temática incluam a necessidade do acesso a banheiros, água, outros itens de higiene corporal e informação de qualidade. Aprofundar o tema da dignidade menstrual ajuda a compreender muitos outros aspectos da produção da vida das populações que estão em risco ou que vivenciam, no seu cotidiano, violações de seus direitos.

A temática da dignidade menstrual precisa passar a ser tratada transversalmente em várias políticas públicas que impactam na produção de uma vida digna. Fica evidenciado que só é possível enfrentar esse desafio articulando com outras políticas públicas como a de saúde, de assistência social e de direitos humanos.

O direito à dignidade menstrual se coloca também como um tema que deveria estar mais presente em projetos de pesquisa e extensão que possam ampliar o conhecimento sobre as vivências, aproximando a universidade e a vida nos territórios.

No desenvolvimento do projeto houve um fortalecimento da relação dos seus participantes, em suas diferentes inserções, entre si e com populações e movimentos que produzem o cotidiano nos territórios estudados. Relações que, em alguns espaços, seguirão no desenvolvimento de outras iniciativas.

Como ressaltamos no início do presente livro, o tema da dignidade menstrual tem ampliado seu espaço na agenda de vários países e no Brasil. Precisamos intensificar o debate e as ações para que esta seja incluída nas políticas públicas que buscam defender o direito a uma vida digna para todas as pessoas.



E A UNIVERSIDADE EM TUDO ISSO?

Um projeto que nasce da sensibilidade de movimentos sociais nos seus territórios em articulação com a Universidade já carrega na sua origem uma provocação importante, um convite para olharmos a relação da universidade com a produção das vidas nos diferentes espaços onde ela acontece.

O papel social das universidades é dependente da porosidade que estas conseguem desenvolver para se conectar com o que atravessa a produção viva das muitas vidas nas suas singularidades, vulnerabilidades e potências. Para as universidades públicas, a responsabilidade com o desenvolvimento de políticas públicas é mais um elemento dessa necessária conexão.

Desenhar o papel social das universidades, os compromissos centrais do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão é um projeto sempre em disputa e atravessado por muitas forças. Disputar a Universidade é disputar os mundos que queremos construir.

Produzir a entrada da Universidade nos três territórios do centro de São Paulo em um movimento articulado com os movimentos sociais de cada um destes e trazer para dentro da Universidade as diferentes vozes sobre o tema da dignidade menstrual é uma aposta na construção em ato, viva, na possibilidade dessa conexão.

O trabalho descrito nesse e.book visibiliza as muitas vulnerabilidades que atravessam a busca da dignidade menstrual para diferentes pessoas que menstruam. Reforça a conexão dessa vivência com a produção mais ampla do viver cotidiano. Explicita, ao trazer a complexa cadeia de conexão desta vivência com os muitos arranjos de produção das vidas, a necessidade urgente de ampliação das políticas públicas voltadas para estas populações, buscando a garantia de direitos.

Para muitas dessas pessoas, a perspectiva da necropolítica transforma sua invisibilidade em abandono, torna sua vida descartável. Neste contexto, ao estar nos territórios não para avaliar de longe, numa pseudoneutralidade, o que ali é produzido, mas para estar junto, para desenvolver o projeto com os coletivos que ali atuam concretiza o compromisso da universidade com o respeito à dignidade e ao direito à vida.

Há uma aposta de que, estando ali com os alunos, eles possam aprender que, mais do que adotar uma postura de quem ali está para ensinar algo às pessoas que foram compondo o campo do trabalho, devem se abrir para aprender com os encontros, se conectar com uma formação para a solidariedade e com a capacidade de resistência e enfrentamento das desigualdades. Não é um uso do território apenas como campo de aprendizagem, mas é produzir uma ação da universidade no campo coerente com seu papel social.

Essa interação possibilitou a reflexão sobre políticas públicas e permite a uma universidade pública federal ampliar sua responsabilidade com a construção e qualificação destas.

Esse compromisso se estende também aos integrantes de movimentos sociais que fizeram parte desse processo. Algumas pessoas, mesmo terminando o trabalho do projeto, continuaram fazendo parte de ações ou fóruns que operam ali, com foco na solidariedade, na defesa de direitos e se conectando com as potências de cada território.

A vivência do projeto, como já descrito, permitiu visibilizar as muitas estratégias usadas pelas pessoas que menstruam, expondo a força das ações individuais e principalmente as coletivas na perspectiva de enfrentar situações atravessadas pelo não acesso a direitos.

O desenvolvimento compartilhado do projeto se conectou todo o tempo com um dos objetivos do Laboratório de Saúde Coletiva – Lascol: contribuir com o fortalecimento e a articulação de movimentos sociais parceiros com o intuito de favorecer redes de solidariedade na luta pela garantia de direitos e por uma sociedade menos desigual.

Uma aposta de que levar a Universidade para os territórios e deixar que a vida pulsante nesses entre na produção cotidiana desta é fortalecer a conexão com o convite de Sergio Vaz: “os sonhos só acontecem quando a gente acorda”

Que projetos como este possam ajudar as universidades a saírem do lugar da repetição e a ampliar sua capacidade de produzir sonhos, assumindo seu compromisso com o enfrentamento das desigualdades e a defesa de todas as vidas.

Lumena Almeida Castro Furtado
Coordenadora do LASCOL à época do projeto



REFERÊNCIAS

1. Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Estado da arte para promoção da dignidade menstrual: avanços, desafios e potencialidades. Disponível em https://brasil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/mapeamento_diginidade_mestrua_final.pdf. acesso em: 04 out. 2023.

2. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 2021. Pobreza menstrual do Brasil, desigualdades e Violações de direitos. Site do UNICEF. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf. acesso em: 01 set. 2022

3. Cardoso LF, Scolese AM, Hamidaddin A, Gupta J. Period poverty and mental health implications among college-aged women in the United States. *Bmc Women'S Health*. Springer Science and Business Media LLC [Internet]. ;21(1):1-7 Disponível em: <https://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s12905-020-01149-5.pdf>. acesso em: 01 set. 2022

4. Organização das Nações Unidas (ONU) Brasil. 62% das jovens que menstruam já deixaram de ir à escola ou a outro lugar por causa da menstruação. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/136226-62-das-jovens-que-menstruam-j%C3%A1-deixaram-de-ir-%C3%A0-escola-ou-outro-lugar-por-causa-da>. acesso em: 01 set. 2022

5. ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>, acesso em: 01 set. 2022.

6. Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 10 agosto 2022.

7. Pesquisa: pobreza menstrual afeta saúde física e mental de quem menstrua. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/09/15/pesquisa-pobreza-menstrual-afeta-saude-fisica-e-mental-de-quem-menstrua.htm>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

8. Assad, BF. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. Revista Antinomias [Internet]. 2021 [acesso em 2021 out 02];2(2):140-160. Disponível em: <http://www.antinomias.periodikos.com.br/article/60e39095a9539505a0471774/pdf/antinomias-2-1-140.pdf>. Acesso em 04 abril de 2022.

9. IBGE. Informativo PNAD Contínua – Características gerais dos domicílios e dos moradores, 2022 . Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf. Acesso em 10 nov 2023.

10. Valle FAAL, Farah BF, Carneiro Junior N. As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua. Saúde debate [Internet]. 2020Jan;44(124):182–92. Available from: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012413>

11. Richwin IF, Zanella V. Desde casa, desde berço, desde sempre”: violência e mulheres em situação de rua. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 31(1): e77926 DOI: 10.1590/1806-9584-2023v31n177926.

12. Armendáriz, NP. Análisis de la pobreza menstrual en edad escolar. lecciones aprendidas del caso de reino unido y su aplicación a España. [Dissertação - Mestrado]. Castellón: Curso de Ciências Humanas e Sociais, Universitat Jaume I; 2021. 102p. Disponível em: https://repositori.uji.es/xmlui/bitstream/handle/10234/194362/TFM_2021_PascualArmendariz_Nora.pdf?sequence=1. Acesso em 10 nov 2023.

13. Sommer M, Torondel B, Hennegan J, Phillips-Howard PA, Mahon T, Motivans A, Zulaika G, Gruer C, Haver J, Caruso BA; Monitoring Menstrual Health and Hygiene Group. How addressing menstrual health and hygiene may enable progress across the Sustainable Development Goals. Glob Health Action. 2021 Jan 1;14(1):1920315. doi: 10.1080/16549716.2021.1920315. PMID: 34190034; PMCID: PMC8253211.

14. Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Recomendações para implementação de iniciativas de promoção da dignidade menstrual. Brasília, 2023.

Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/recomendacoes-dig-menstrual_v2.pdf. Acesso em 02.10.23.

15. Carvalho Motta MC, Brito MAPR. Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes. *Confluências | Revista Interdisciplinar De Sociologia E Direito*, 24(1), 33-54, 2022.

16. Brasil. Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) Recomendação nº 21, de 11 de dezembro de 2020. Recomenda ao Presidente da República, ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado Federal, a criação de um marco legal para superar a pobreza menstrual e a garantia de isenções de impostos de produtos. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/SEI_MDH1638484Recomendacao21.pdf Acesso em: 3. dez. 2022.

17. Brasil. Lei Federal nº 14.214 de 06 de outubro de 2021. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. *Diário Oficial da União Seção 1* de 18 de março de 2022.

18. Brasil. Decreto nº 11.432 de 8 de março de 2023. Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. *Diário Oficial da União, Seção 1, p. 6*, de 9 de março de 2023.

19. Brasil. Programa dignidade menstrual. Guia de implementação. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2024/dignidademenstrual/view>. Acesso em 01 de março 2024.

20. Brasil. Ministério da Saúde. Relatório. Análise de impacto regulatório. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/doc_tec/SAPS_sa%C3%BAde%20menstrual.pdf. Acesso em: Acesso em 01 de março 2024.

21. Cuiabá, MT. Lei nº 6712 de 01 de outubro de 2021. Institui e define diretrizes para a política pública “Menstruação sem tabu”, de conscientização sobre a menstruação e sobre a universalização do acesso a absorventes higiênicos, no âmbito do município de Cuiabá/MT, na forma que indica. *Diário Oficial eletrônico do TCE n° 2298* de 07 de outubro de 2021. Disponível em: Acesso em 01 de março de 2024.

22. Fortaleza. Lei nº 11.192 de 18 de novembro de 2021. Dispõe sobre a instituição da política municipal de atenção à higiene íntima e saúde menstrual para estudantes da rede municipal pública de ensino, adolescentes, jovens e mulheres em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*. Disponível em: Acesso em 01 de março de 2024.

23. Alagoas. Lei nº 8478 de 26 de julho de 2021. Institui e define diretrizes para a política pública liberdade para menstruar, no âmbito do Estado de Alagoas. Diário Oficial do Estado Suplementar do dia 27 de julho de 2021. Disponível em: Acesso em 01 de março de 2024.

24. Minas Gerais. Lei nº 23.904 de 03 de setembro de 2021. Dispõe sobre a garantia de acesso das mulheres em situação de vulnerabilidade social a absorventes higiênicos no Estado. Diário do Executivo de 04 de setembro de 2021, pg 3, col 1.

25. Shiraishi LS, Silva VCA, Bezerra dos Santos ACYM, Rodrigues JG, Nascimento DCM, Sá MM, Rocha IC, Alchorne Trivelin MLOA. Pobreza Menstrual e Políticas Públicas no Brasil / Menstrual Poverty and Public Policies in Brazil. Brazilian Journal of Development, 8(2), 10715–10729, 2022. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n2-1502022>)

26. São Paulo. Lei nº 17.525 de 23 de março 2022. Institui o Programa Dignidade Íntima, no âmbito da Secretaria da Educação e do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado, v 132, n 58, seção 1 de 24 de março de 2022. Disponível em: <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20220324&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=1>. Acesso em 01 de março de 2024.

27. São Paulo. Assembleia Legislativa. Projeto de lei 1177 de 18 de outubro de 2019. Institui e define diretrizes para a política pública Menstruação Sem Tabu, de conscientização sobre a menstruação e a universalização do acesso a absorventes higiênicos. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000294192#:~:text=Institui%20e%20define%20diretrizes%20para,do%20acesso%20a%20absorventes%20higi%C3%AAnicos..> Acesso em 01 de março de 2024.

28. São Paulo. Veto Total do governador ao Projeto de lei 1177 de 18 de outubro de 2019. Institui e define diretrizes para a política pública Menstruação Sem Tabu, de conscientização sobre a menstruação e a universalização do acesso a absorventes higiênicos, de 08 de fevereiro de 2023. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/spl/2023/02/Acessorio/1000483178_1000620088_Acessorio.pdf. Acesso em 01 de março de 2024.

29. São Paulo. Lei nº 17.574 de 12 de julho de 2021. Institui o Programa de cuidados com as estudantes nas escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 13/07/2021, pg. 01 Disponível em: <https://app-plpconsulta-prd.azurewebsites.net/Forms/MostrarArquivo?TIPO=Lei&NUMERO=17574&ANO=2021&DOCUMENTO=Atualizado>. Acesso em 01 de março de 2024.

30. São Paulo. Tribunal de contas do município de São Paulo. TCM faz 3 determinações à prefeitura para garantir dignidade menstrual em São Paulo. Disponível em: <https://portal.tcm.sp.gov.br/Pagina/64090>. Acesso em 01 de março de 2024.

31. Minayo C, Costa AP. Técnicas que fazem uso da palavra, do olhar e da empatia. Pesquisa Qualitativa em Ação. Oliveira de Azeméis: Ludomedia; 2019.

32. São Paulo. Dados demográficos dos distritos pertencentes às Subprefeituras. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758. Acesso em 01 de março de 2024.

33. Rede Nossa São Paulo. Mapa da desigualdade. 2022. 84p. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022_Tabelas.pdf. Acesso em 01 de março de 2024.

34. Barta RB, Ribeiro MCSA, Cassanti AC. Social vulnerability and health status: a household survey in the central area of a Brazilian metropolis. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 27(supl.2): s164-s175, 2011.

35. Brum M. O que é a ‘cracolândia’? Entenda como foi formada e a origem do nome. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/13/o-que-e-a-cracolandia-entenda-como-foi-formada-e-a-origem-do-nome.htm?cmpid=copiaecola> <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/13/o-que-e-a-cracolandia-entenda-como-foi-formada-e-a-origem-do-nome.htm>. Acesso em 01 de março de 2024.

36. Frutuoso B, KATO VRC. Ocupações no centro de São Paulo: Desejos de Fixação no Território. Anais XVIII ENANPUR - Natal, 2019. Disponível em < [http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=329#:~:text=Mais%20especificamente%2C%20em%201997%20ocorreu,\(BLOCH%2C%20Id.\)>](http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=329#:~:text=Mais%20especificamente%2C%20em%201997%20ocorreu,(BLOCH%2C%20Id.)>) Acesso: 20 de novembro de 2021.

37. São Paulo. Biblioteca Pública Adelpha Figueiredo. Bairro Pari. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_l/adelpha/index.php?p=5641. Acesso em 01 de março de 2024.

38. Centro de Estudos da Metrópole da Universidade de São Paulo. Distribuição da População, segundo Distritos Administrativos, por Grupos de Setores (Valores Absolutos). 2010, São Paulo. Disponível em: <[https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/user_files/ckeditor/Leste-C-\(39-51\).pdf](https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/user_files/ckeditor/Leste-C-(39-51).pdf)> Acesso em 03 de agosto de 2023.

39. Ponciano L. São Paulo: Senac; 2ª edição, 262 p.2004.

40. Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua. População em Situação de Rua no Brasil Totais por Região, Estado e Município. Série Histórica 2012-2021. Disponível em: https://obpoprua.direito.ufmg.br/moradia_pop_rua.html. Acesso em 01 de março de 2024.

41. São Paulo. Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf. Acesso em 01 de março de 2024.

42. Santiago T. Cidade de São Paulo tem 206 ocupações onde moram 45 mil famílias. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-sao-paulo-tem-206-ocupacoes-onde-moram-45-mil-familias.ghtml>. Acesso em 05 de outubro de 2023.

43. Machado L. A vida secreta das prostitutas veteranas que trabalham em parque histórico de São Paulo. BBC News Brasil em São Paulo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45133657>. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

DIGNIDADE MENSTRUAL: PARA QUEM?



editora
redeunida



Movimento de
Mulheres
Olga Benário



9 786554 621335